

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	7
DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	8
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	9
Demonstração de Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	14
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	15

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	16
DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	17
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	18
Demonstração de Valor Adicionado	19

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	20
---	----

Notas Explicativas	31
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	57
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	59
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	62
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	63

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	64
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	137.990
Preferenciais	255.107
Total	393.097
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1	Ativo Total	7.890.458	8.062.022	7.553.824
1.01	Ativo Circulante	246.212	649.872	292.446
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	246.204	408.700	292.446
1.01.03	Contas a Receber	0	240.890	0
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	240.890	0
1.01.03.02.01	Juros sobre o Capital Próprio a Receber	0	40.521	0
1.01.03.02.02	Dividendos a Receber	0	200.369	0
1.01.07	Despesas Antecipadas	8	282	0
1.02	Ativo Não Circulante	7.644.246	7.412.150	7.261.378
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	132.641	141.910	209.689
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	132.641	141.910	209.689
1.02.01.10.04	Tributos a Compensar ou a Recuperar	132.641	141.910	209.689
1.02.02	Investimentos	7.511.136	7.269.133	7.050.664
1.02.03	Imobilizado	33	140	56
1.02.04	Intangível	436	967	969
1.02.04.01	Intangíveis	436	967	969

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2	Passivo Total	7.890.458	8.062.022	7.553.824
2.01	Passivo Circulante	55.946	584.044	50.042
2.01.03	Obrigações Fiscais	480	4.743	973
2.01.05	Outras Obrigações	55.466	579.301	49.069
2.01.05.02	Outros	55.466	579.301	49.069
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	20.757	546.354	17.326
2.01.05.02.04	Outras Obrigações	34.628	32.821	31.641
2.01.05.02.05	Provisão a Pagar sobre Contratos de Arrendamento	81	126	102
2.02	Passivo Não Circulante	493	977	972
2.02.02	Outras Obrigações	493	977	972
2.02.02.02	Outros	493	977	972
2.02.02.02.03	Provisão a Pagar sobre Contratos de Arrendamento	493	977	972
2.03	Patrimônio Líquido	7.834.019	7.477.001	7.502.810
2.03.01	Capital Social Realizado	4.600.125	3.100.125	500.125
2.03.04	Reservas de Lucros	4.387.055	4.670.436	5.257.761
2.03.04.01	Reserva Legal	385.178	290.346	403.962
2.03.04.02	Reserva Estatutária	4.001.877	4.380.090	4.853.799
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.153.161	-293.560	1.744.924

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	1.828.846	3.646.318	8.017.432
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-21.414	-20.445	-27.251
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	33	0
3.04.04.03	Resultado na Alienação de Imobilizado	0	33	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-43.833	-31.535	-35.974
3.04.05.01	Despesas Tributárias	-43.833	-31.535	-25.943
3.04.05.02	Outras Despesas Operacionais	0	0	-10.031
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.894.093	3.698.265	8.080.657
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.828.846	3.646.318	8.017.432
3.06	Resultado Financeiro	67.773	81.357	61.829
3.06.01	Receitas Financeiras	68.301	81.498	62.744
3.06.02	Despesas Financeiras	-528	-141	-915
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.896.619	3.727.675	8.079.261
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.896.619	3.727.675	8.079.261
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.896.619	3.727.675	8.079.261
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	4,53078	8,90495	19,30034
3.99.01.02	PN	4,98386	9,79544	21,23037
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	4,53078	8,90495	19,30034
3.99.02.02	PN	4,98386	9,79544	21,23037

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	1.896.619	3.727.675	8.079.261
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-859.601	-2.038.484	-2.511.262
4.02.02	Reflexos de Empresas com Influência Significativa	-859.601	-2.038.484	-2.511.262
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.037.018	1.689.191	5.567.999

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	989.166	1.261.705	4.252.308
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-8.338	8.817	-6.402
6.01.01.01	Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.896.619	3.727.675	8.079.261
6.01.01.03	Resultado na Alienação de Imobilizado	0	-33	0
6.01.01.04	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.894.093	-3.698.265	-8.080.657
6.01.01.06	Juros e Variações Monetárias, Líquidas	-10.834	-20.495	-4.989
6.01.01.08	Outros	-30	-65	-17
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	997.504	1.252.888	4.258.710
6.01.02.01	(Aumento)/Redução em Outros Ativos	65.105	126.490	13.531
6.01.02.02	Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	-2.585	3.719	1.071
6.01.02.03	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Recebidos	967.607	1.153.350	4.268.473
6.01.02.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-32.623	-30.671	-24.365
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-4	-129	0
6.02.03	Alienação de Imobilizado	0	73	0
6.02.04	Aquisição de Imobilizado	-4	-202	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.151.658	-1.145.322	-4.020.304
6.03.01	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	-1.151.658	-1.145.322	-4.020.304
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-162.496	116.254	232.004
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	408.700	292.446	60.442
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	246.204	408.700	292.446

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.100.125	0	4.670.436	0	-293.560	7.477.001
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.100.125	0	4.670.436	0	-293.560	7.477.001
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.500.000	0	-1.500.000	-680.000	0	-680.000
5.04.01	Aumentos de Capital	1.500.000	0	-1.500.000	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-230.000	0	-230.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-450.000	0	-450.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.896.619	-859.601	1.037.018
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.896.619	0	1.896.619
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-859.601	-859.601
5.05.02.06	Reflexos de Empresas com Influência Significativa	0	0	0	0	-859.601	-859.601
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.216.619	-1.216.619	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.216.619	-1.216.619	0	0
5.07	Saldos Finais	4.600.125	0	4.387.055	0	-1.153.161	7.834.019

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	500.125	0	5.257.761	0	1.744.924	7.502.810
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	500.125	0	5.257.761	0	1.744.924	7.502.810
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.600.000	0	-3.200.000	-1.115.000	0	-1.715.000
5.04.01	Aumentos de Capital	2.600.000	0	-2.600.000	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-600.000	-780.000	0	-1.380.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-335.000	0	-335.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.727.675	-2.038.484	1.689.191
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.727.675	0	3.727.675
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-2.038.484	-2.038.484
5.05.02.06	Reflexos de Empresas com Influência Significativa	0	0	0	0	-2.038.484	-2.038.484
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	2.612.675	-2.612.675	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	2.612.675	-2.612.675	0	0
5.07	Saldos Finais	3.100.125	0	4.670.436	0	-293.560	7.477.001

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.100.000	0	2.898.625	0	4.256.186	11.254.811
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.100.000	0	2.898.625	0	4.256.186	11.254.811
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-3.599.875	0	-2.898.625	-2.821.500	0	-9.320.000
5.04.01	Aumentos de Capital	1.660.125	0	-1.660.125	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-1.238.500	-2.576.500	0	-3.815.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-245.000	0	-245.000
5.04.08	Redução de Capital	-5.260.000	0	0	0	0	-5.260.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.079.261	-2.511.262	5.567.999
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	8.079.261	0	8.079.261
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-2.511.262	-2.511.262
5.05.02.06	Reflexos de Empresas com Influência Significativa	0	0	0	0	-2.511.262	-2.511.262
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	5.257.761	-5.257.761	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	5.257.761	-5.257.761	0	0
5.07	Saldos Finais	500.125	0	5.257.761	0	1.744.924	7.502.810

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.999	-5.890	-12.127
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-5.133	-4.688	-10.740
7.02.04	Outros	-1.866	-1.202	-1.387
7.03	Valor Adicionado Bruto	-6.999	-5.890	-12.127
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-6.999	-5.890	-12.127
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.962.394	3.779.796	8.143.401
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.894.093	3.698.265	8.080.657
7.06.02	Receitas Financeiras	68.301	81.498	62.744
7.06.03	Outros	0	33	0
7.06.03.03	Resultado na Alienação de Imobilizado	0	33	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.955.395	3.773.906	8.131.274
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.955.395	3.773.906	8.131.274
7.08.01	Pessoal	13.065	12.983	13.325
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.751	7.480	8.615
7.08.01.02	Benefícios	6.314	5.503	4.710
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	45.183	33.107	27.742
7.08.02.01	Federais	45.180	33.103	27.739
7.08.02.02	Estaduais	3	4	3
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	528	141	10.946
7.08.03.01	Juros	528	141	915
7.08.03.03	Outras	0	0	10.031
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.896.619	3.727.675	8.079.261
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	450.000	335.000	245.000
7.08.04.02	Dividendos	230.000	780.000	2.576.500
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.216.619	2.612.675	5.257.761

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1	Ativo Total	7.890.458	8.062.022	7.553.824
1.01	Ativo Circulante	246.212	649.872	294.709
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	246.204	408.700	294.709
1.01.03	Contas a Receber	0	240.890	0
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	240.890	0
1.01.03.02.01	Juros sobre o Capital Próprio a Receber	0	40.521	0
1.01.03.02.02	Dividendos a Receber	0	200.369	0
1.01.07	Despesas Antecipadas	8	282	0
1.02	Ativo Não Circulante	7.644.246	7.412.150	7.259.115
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	132.641	141.910	209.689
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	132.641	141.910	209.689
1.02.01.10.04	Tributos a Compensar ou a Recuperar	132.641	141.910	209.689
1.02.02	Investimentos	7.511.136	7.269.133	7.048.401
1.02.03	Imobilizado	33	140	56
1.02.04	Intangível	436	967	969

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2	Passivo Total	7.890.458	8.062.022	7.553.824
2.01	Passivo Circulante	55.946	584.044	50.042
2.01.03	Obrigações Fiscais	480	4.743	973
2.01.05	Outras Obrigações	55.466	579.301	49.069
2.01.05.02	Outros	55.466	579.301	49.069
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	20.757	546.354	17.326
2.01.05.02.04	Outras Obrigações	34.628	32.821	31.641
2.01.05.02.05	Provisão a Pagar sobre Contratos de Arrendamento	81	126	102
2.02	Passivo Não Circulante	493	977	972
2.02.02	Outras Obrigações	493	977	972
2.02.02.02	Outros	493	977	972
2.02.02.02.03	Provisão a Pagar sobre Contratos de Arrendamento	493	977	972
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	7.834.019	7.477.001	7.502.810
2.03.01	Capital Social Realizado	4.600.125	3.100.125	500.125
2.03.04	Reservas de Lucros	4.387.055	4.670.436	5.257.761
2.03.04.01	Reserva Legal	385.178	290.346	403.962
2.03.04.02	Reserva Estatutária	4.001.877	4.380.090	4.853.799
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.153.161	-293.560	1.744.924

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	1.828.846	3.646.379	8.017.274
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-21.414	-20.445	-27.267
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	33	0
3.04.04.03	Resultado na Alienação de Imobilizado	0	33	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-43.833	-31.535	-35.974
3.04.05.01	Despesas Tributárias	-43.833	-31.535	-25.943
3.04.05.02	Outras Despesas Operacionais	0	0	-10.031
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.894.093	3.698.326	8.080.515
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.828.846	3.646.379	8.017.274
3.06	Resultado Financeiro	67.773	81.296	61.987
3.06.01	Receitas Financeiras	68.301	81.879	62.902
3.06.02	Despesas Financeiras	-528	-583	-915
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.896.619	3.727.675	8.079.261
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.896.619	3.727.675	8.079.261
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.896.619	3.727.675	8.079.261
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.896.619	3.727.675	8.079.261
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	4,53078	8,90495	19,30034
3.99.01.02	PN	4,98386	9,79544	21,23037
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	4,53078	8,90495	19,30034
3.99.02.02	PN	4,98386	9,79544	21,23037

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	1.896.619	3.727.675	8.079.261
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-859.601	-2.038.484	-2.511.262
4.02.02	Reflexos de Empresas com Influência Significativa	-859.601	-2.038.484	-2.511.262
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	1.037.018	1.689.191	5.567.999
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.037.018	1.689.191	5.567.999

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	989.166	1.259.442	4.252.450
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-8.338	8.727	-6.260
6.01.01.01	Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.896.619	3.727.675	8.079.261
6.01.01.03	Resultado na Alienação de Imobilizado	0	-33	0
6.01.01.04	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.894.093	-3.698.326	-8.080.515
6.01.01.06	Juros e Variações Monetárias, Líquidas	-10.834	-20.524	-4.989
6.01.01.08	Outros	-30	-65	-17
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	997.504	1.250.715	4.258.710
6.01.02.01	(Aumento)/Redução em Outros Ativos	65.105	124.317	13.531
6.01.02.02	Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	-2.585	3.719	1.071
6.01.02.03	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Recebidos	967.607	1.153.350	4.268.473
6.01.02.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-32.623	-30.671	-24.365
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-4	-129	0
6.02.03	Alienação de Imobilizado	0	73	0
6.02.04	Aquisição de Imobilizado	-4	-202	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.151.658	-1.145.322	-4.020.304
6.03.01	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	-1.151.658	-1.145.322	-4.020.304
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-162.496	113.991	232.146
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	408.700	294.709	62.563
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	246.204	408.700	294.709

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.100.125	0	4.670.436	0	-293.560	7.477.001	0	7.477.001
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.100.125	0	4.670.436	0	-293.560	7.477.001	0	7.477.001
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.500.000	0	-1.500.000	-680.000	0	-680.000	0	-680.000
5.04.01	Aumentos de Capital	1.500.000	0	-1.500.000	0	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-230.000	0	-230.000	0	-230.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-450.000	0	-450.000	0	-450.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.896.619	-859.601	1.037.018	0	1.037.018
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.896.619	0	1.896.619	0	1.896.619
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-859.601	-859.601	0	-859.601
5.05.02.06	Reflexos de Empresas com Influência Significativa	0	0	0	0	-859.601	-859.601	0	-859.601
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.216.619	-1.216.619	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.216.619	-1.216.619	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	4.600.125	0	4.387.055	0	-1.153.161	7.834.019	0	7.834.019

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	500.125	0	5.257.761	0	1.744.924	7.502.810	0	7.502.810
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	500.125	0	5.257.761	0	1.744.924	7.502.810	0	7.502.810
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.600.000	0	-3.200.000	-1.115.000	0	-1.715.000	0	-1.715.000
5.04.01	Aumentos de Capital	2.600.000	0	-2.600.000	0	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-600.000	-780.000	0	-1.380.000	0	-1.380.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-335.000	0	-335.000	0	-335.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.727.675	-2.038.484	1.689.191	0	1.689.191
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.727.675	0	3.727.675	0	3.727.675
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-2.038.484	-2.038.484	0	-2.038.484
5.05.02.06	Reflexos de Empresas com Influência Significativa	0	0	0	0	-2.038.484	-2.038.484	0	-2.038.484
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	2.612.675	-2.612.675	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	2.612.675	-2.612.675	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.100.125	0	4.670.436	0	-293.560	7.477.001	0	7.477.001

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	4.100.000	0	2.898.625	0	4.256.186	11.254.811	0	11.254.811
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.100.000	0	2.898.625	0	4.256.186	11.254.811	0	11.254.811
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-3.599.875	0	-2.898.625	-2.821.500	0	-9.320.000	0	-9.320.000
5.04.01	Aumentos de Capital	1.660.125	0	-1.660.125	0	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-1.238.500	-2.576.500	0	-3.815.000	0	-3.815.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-245.000	0	-245.000	0	-245.000
5.04.08	Redução de Capital	-5.260.000	0	0	0	0	-5.260.000	0	-5.260.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.079.261	-2.511.262	5.567.999	0	5.567.999
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	8.079.261	0	8.079.261	0	8.079.261
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-2.511.262	-2.511.262	0	-2.511.262
5.05.02.06	Reflexos de Empresas com Influência Significativa	0	0	0	0	-2.511.262	-2.511.262	0	-2.511.262
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	5.257.761	-5.257.761	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	5.257.761	-5.257.761	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	500.125	0	5.257.761	0	1.744.924	7.502.810	0	7.502.810

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.999	-5.890	-12.143
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-5.133	-4.688	-10.756
7.02.04	Outros	-1.866	-1.202	-1.387
7.03	Valor Adicionado Bruto	-6.999	-5.890	-12.143
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-6.999	-5.890	-12.143
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.962.394	3.780.238	8.143.417
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.894.093	3.698.326	8.080.515
7.06.02	Receitas Financeiras	68.301	81.879	62.902
7.06.03	Outros	0	33	0
7.06.03.03	Resultado na Alienação de Imobilizado	0	33	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.955.395	3.774.348	8.131.274
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.955.395	3.774.348	8.131.274
7.08.01	Pessoal	13.065	12.983	13.325
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.751	7.480	8.615
7.08.01.02	Benefícios	6.314	5.503	4.710
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	45.183	33.107	27.742
7.08.02.01	Federais	45.180	33.103	27.739
7.08.02.02	Estaduais	3	4	3
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	528	583	10.946
7.08.03.01	Juros	528	583	915
7.08.03.03	Outras	0	0	10.031
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.896.619	3.727.675	8.079.261
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	450.000	335.000	245.000
7.08.04.02	Dividendos	230.000	780.000	2.576.500
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.216.619	2.612.675	5.257.761

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**
Mensagem aos Acionistas

Senhoras e senhores acionistas,

A BRADESPAR encerrou o exercício de 2023 apresentando Lucro Líquido de R\$ 1,9 bilhão, resultado que reflete o desempenho de nossa investida VALE S.A. no período.

Apesar da redução do lucro em relação ao exercício de 2022, a BRADESPAR logrou distribuir proventos em 2023 da ordem de R\$ 1,2 bilhão, refletindo nosso habitual compromisso com a maximização dos retornos aos acionistas sem descuidar da solidez do balanço dada pela continuidade de inexistência de endividamento financeiro.

Em termos dos mercados de capitais, as ações da BRADESPAR tiveram comportamento em Bolsa refletindo as condições prevalecentes no mercado e o desempenho de nossa investida, porém em patamares ligeiramente superiores aos da própria VALE.

Reiteramos nosso agradecimento a todos os que confiaram na BRADESPAR em 2023.

São Paulo, 26 de março de 2024.

Luiz Carlos Trabuco Cappi
Presidente do Conselho de Administração

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**ESTRUTURA DOS INVESTIMENTOS**

Os investimentos da BRADESPAR, atualmente, se concentram na VALE, empresa na qual tem representante no Conselho de Administração e em diversos Comitês de Assessoramento àquele Órgão.

Ao final de 2023, o valor de mercado dos ativos da BRADESPAR correspondia a R\$ 12,6 bilhões.

%V/T = % Capital Votante/Total

BRADESPAR

3,79% V/T*



*Não considera ações em tesouraria.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE O DESEMPENHO DA SOCIEDADE**

Abaixo, apresentamos a Demonstração do Resultado Consolidado, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Demonstração de Resultado	(R\$ mil)					
	4T23	4T22	Var %	2023	2022	Var %
Equivalência Patrimonial	451.034	670.790	-32,8%	1.894.093	3.698.326	-48,8%
Resultado na Alienação Imobilizado	-	-	-	-	33	-
Resultado Operacional	451.034	670.790	-32,8%	1.894.093	3.698.359	-48,8%
Despesas Gerais e Administrativas	(1.970)	(1.457)	35,2%	(6.999)	(5.965)	17,3%
Despesas de Pessoal	(4.139)	(3.662)	13,0%	(14.415)	(14.480)	-0,4%
Receitas / Despesas Financeiras	16.804	24.193	-30,5%	67.773	81.296	-16,6%
Despesas Tributárias	(12.438)	(5.539)	124,6%	(43.833)	(31.535)	39,0%
Resultado Operacional antes do IR/CS	449.291	684.325	-34,3%	1.896.619	3.727.675	-49,1%
Imposto de Renda e Contribuição Social	74.763	64.724	15,5%	-	-	-
Resultado do Período	524.054	749.049	-30,0%	1.896.619	3.727.675	-49,1%

RECEITA OPERACIONAL

Como Companhia de Investimentos, a BRADESPAR tem sua receita operacional originada do resultado de equivalência patrimonial e juros sobre o capital próprio da VALE.

Em 2023, registrou receita operacional de R\$ 1,9 bilhão, devido ao robusto desempenho da VALE no ano que se encerrou, reflexo da produção de minério de ferro que superou o *guidance* e forneceu evidências de uma maior confiabilidade de ativos e processos, ainda que num cenário de menores preços de referência médios de minério de ferro, cobre e níquel durante o ano, comparativamente a 2022.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro da BRADESPAR, no exercício que se encerrou, atingiu o valor positivo de R\$ 67,8 milhões, decorrente, principalmente, de aplicações financeiras e de remuneração sobre Impostos a Recuperar. Tal resultado reflete a continuidade da posição líquida de caixa da Companhia, na medida que liquidou todo o endividamento financeiro em exercícios anteriores.

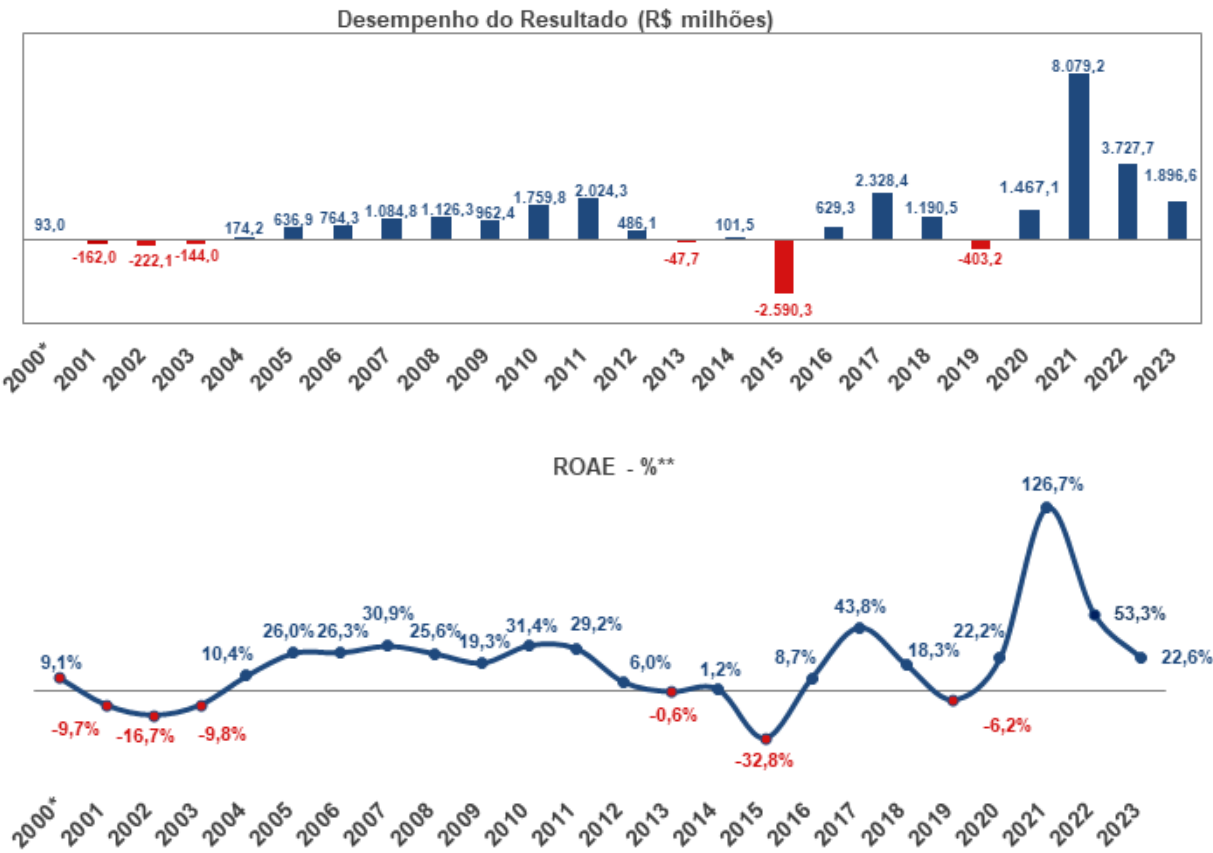
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

DESPESAS DE PESSOAL, GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Em 2023, as despesas de pessoal, gerais e administrativas da BRADESPAR totalizaram R\$ 21,4 milhões.

RESULTADO DO EXERCÍCIO

A BRADESPAR apresentou lucro líquido de R\$ 1,9 bilhão, em 2023. O retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROAE) alcançou 22,6%, reflexo do excelente desempenho da VALE no período.



* Corresponde a 10 meses de atividades

** ROAE = Lucro Líquido / Patrimônio Líquido Médio - Não considera o efeito do ajuste de avaliação patrimonial registrado no Patrimônio Líquido

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO**

Em consonância com a sua Política Indicativa de Remuneração Anual ao Acionista, em 31 de outubro de 2023, o Conselho de Administração da BRADESPAR, aprovou proposta da Diretoria para o pagamento de Remuneração Anual aos acionistas da Sociedade, no montante de R\$ 680.000.000,00, efetuados em 4 de dezembro e que foram computados no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício, previstos do Estatuto Social da Companhia.

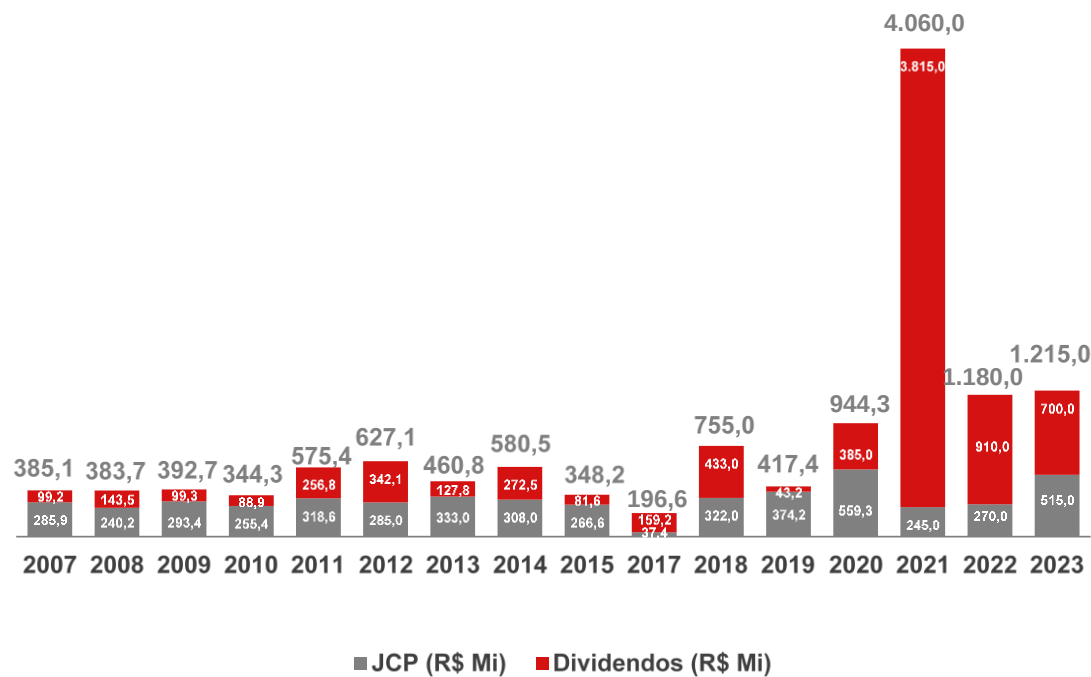
I - Além disso, em 26 de março de 2024, o Conselho de Administração da Companhia, submeteu, para deliberação em Assembleia Geral Ordinária, proposta para remuneração adicional composta por R\$ 310.000.000,00 de dividendos, sendo R\$ 0,740550903 por ação ordinária e R\$ 0,814605993 por ação preferencial, não havendo retenção de Imposto de Renda na Fonte, nos termos do Artigo 10 de Lei nº 9.249/95. Se aprovada a proposta, os mencionados dividendos serão computados no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício de 2023.

II - Por fim, a Diretoria, com base no disposto no artigo 23, § 1º, do Estatuto Social, aprovou apresentar ao Conselho de Administração, para deliberação em reunião que será realizada em 29.04.2024, proposta para declarar Dividendos no montante de R\$ 140.000.000,00, sendo R\$ 0,334442343 por ação ordinária e R\$ 0,367886577 por ação preferencial, não havendo retenção de Imposto de Renda na Fonte, nos termos do Artigo 10 da Lei nº 9.249/95. Se aprovada a proposta, os mencionados dividendos serão computados no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício de 2024.

Os dividendos mencionados nos itens I e II acima, no montante total de R\$ 450.000.000,00, beneficiarão os acionistas inscritos nos registros da Companhia em 29.04.2024 (data de declaração), passando as ações a ser negociadas “ex-dividendos” a partir de 30.04.2024 e serão pagos em 15.05.2024.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Histórico de Pagamento de Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos



Obs: O gráfico não contempla os valores de R\$ 450 MM de Dividendos a serem pagos em 15/05/2024.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

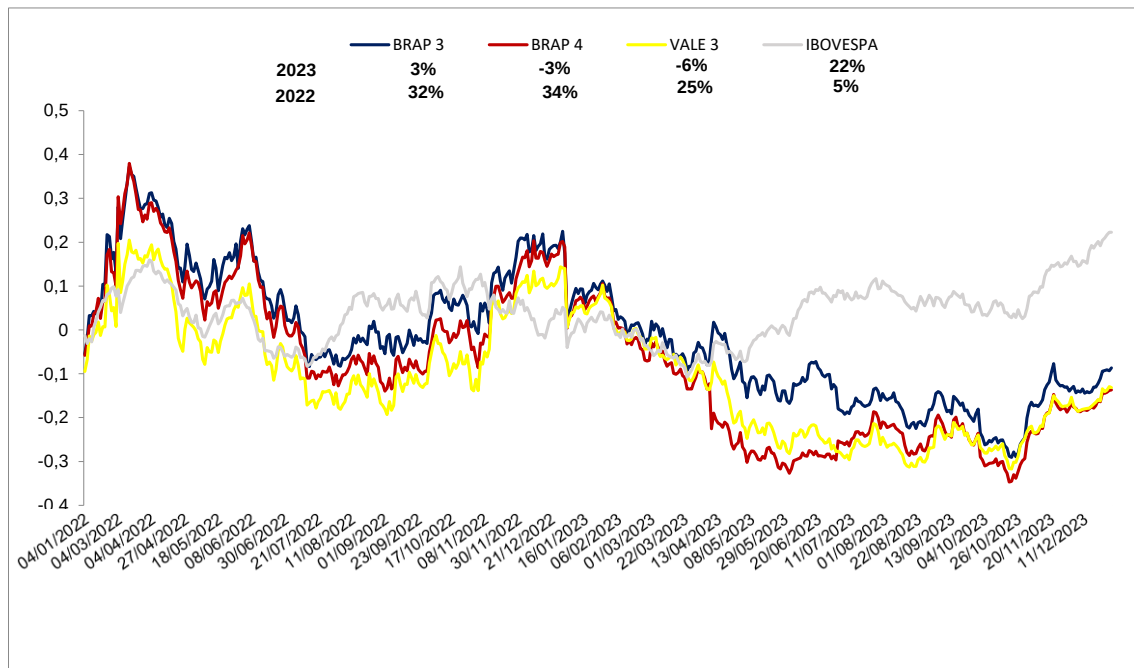
MERCADO DE CAPITAIS

Desde a sua constituição, as ações do capital social da BRADESPAR estão listadas na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, sob os códigos BRAP3 (ON) e BRAP4 (PN), e seus títulos são negociados no *Latibex* – Mercado de Empresas Latino-Americanas da Bolsa de Valores de Madri, na Espanha, em Euros, por meio do Programa de *Depositary Receipts* (GDRs).

Adicionalmente, a BRADESPAR integra dois índices de destaque: o Ibovespa, que inclui as Companhias mais líquidas do mercado brasileiro, e o Índice de Governança Corporativa (IGC), composto pelas Companhias que assumiram compromisso com elevados padrões de governança corporativa, quando aderiu ao Nível I de Governança Corporativa da B3.

Em 2023, as ações da Companhia tiveram desvalorização de 3% (BRAP4) e valorização de 3% (BRAP3), enquanto o IBOVESPA valorizou 22% e as ações da sua investida, a VALE, desvalorizaram 6%.

Desempenho das Ações na B3 em 2023



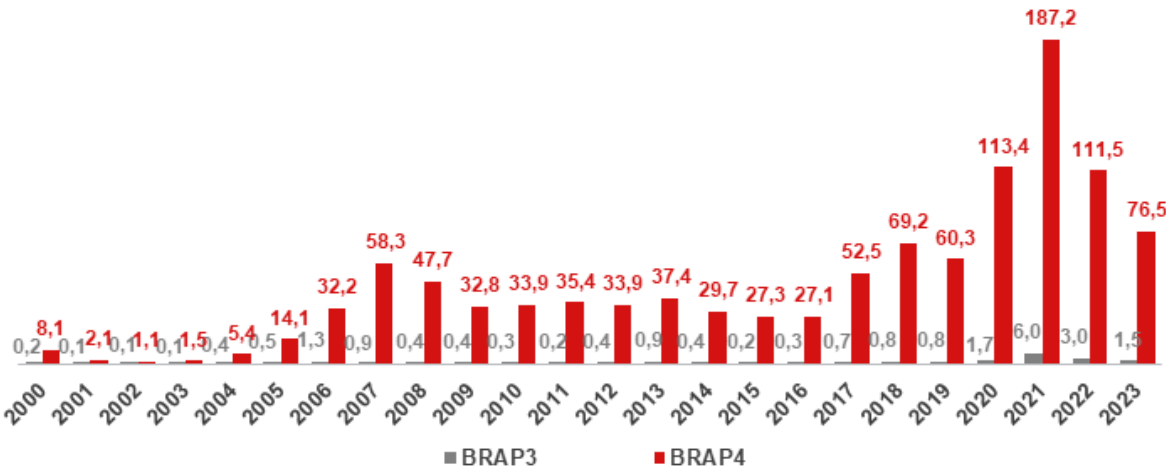
Cotações ajustadas por proventos, incluindo Dividendos e/ou Juros Sobre Capital Próprio.
Fonte: Economatica.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

LIQUIDEZ

A média diária do volume de ações preferenciais de emissão da BRADESPAR (BRAP4) negociadas em 2023 foi de R\$ 76,5 milhões, enquanto a média diária de negócios realizados com BRAP4, na B3, foi de 8.371.

Volume Financeiro Médio Diário de Ações Negociadas (R\$ Milhões)



Fonte: Economática

PRÊMIO /DESCONTO

Ao final de 2023, o valor de mercado da participação na VALE, detida pela BRADESPAR, alcançou R\$ 12,6 bilhões. O valor de mercado da BRADESPAR, em relação ao da VALE, apresentou desconto de 24,0%, ou seja, o valor de mercado da BRADESPAR equivale a 76,0% do valor líquido de seus ativos.

Valor Líquido dos Ativos da Bradespar X Valor de Mercado da Bradespar (preços de fechamento em 28/12/23)						
Companhias	Participação da Bradespar					
	Cotação (R\$/ação)	Qtde de Ações	% do Capital Total ⁽³⁾	Valor de Mercado (R\$ mil)	Valor de Mercado (US\$ mil)	Valor de Mercado (EURO mil)
VALE ON	77,20	163.354.595	3,79%	12.610.975	2.605.573	2.346.201
Valor Total dos Ativos da Bradespar (A)				12.610.975	2.605.573	2.346.201
Caixa Líquido da Bradespar (B) ⁽¹⁾				244.686	50.555	45.522
Valor Líquido dos Ativos da Bradespar (C) = (A) + (B)				12.855.661	2.656.128	2.391.723
Valor de Mercado da Bradespar (D)				9.768.102	2.018.203	1.817.300
Ações Ordinárias (BRAP3)	23,35	137.989.898		3.222.064	665.716	599.447
Ações Preferenciais (BRAP4)	25,66	255.106.712		6.546.038	1.352.487	1.217.853
Diferença entre o Valor Líquido dos Ativos e Valor de Mercado Bradespar (C) - (D)				3.087.559	637.925	574.423
DESCONTO ⁽²⁾				24,0%		

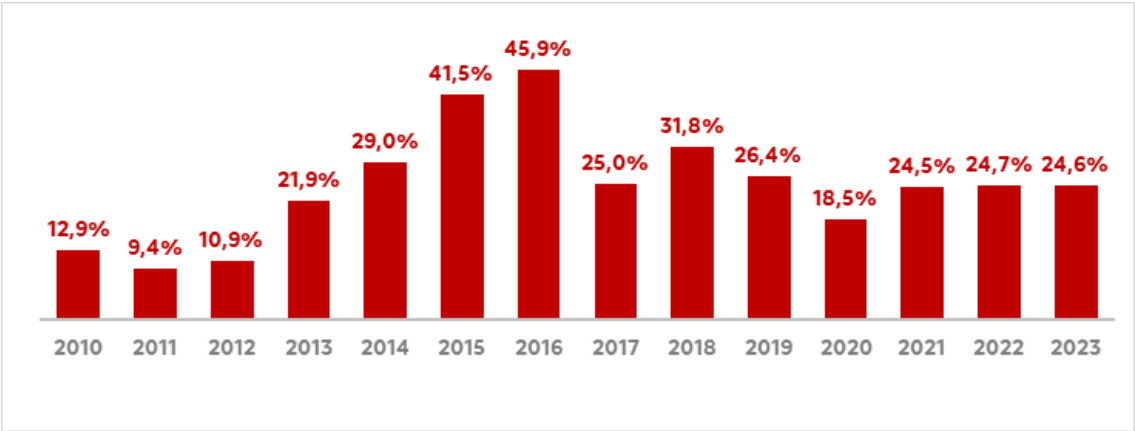
(1) Caixa Líquido em 28/12/2023.

(2) ((Valor de mercado da BRADESPAR)/(Valor dos Ativos + Caixa Líquido)) – 1

(3) Não considera ações em tesouraria

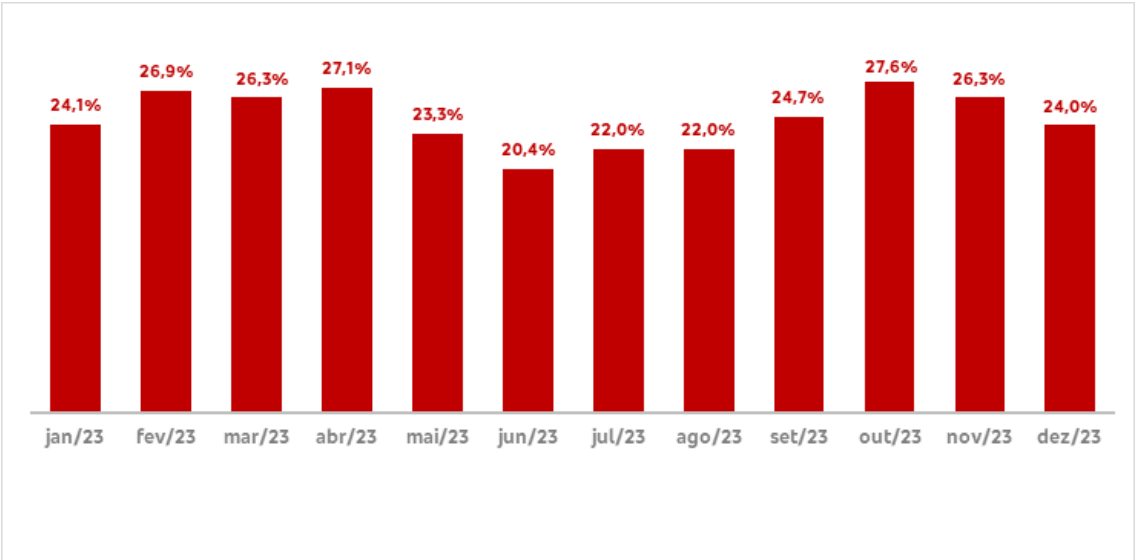
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Histórico do Desconto entre o Valor Líquido dos Ativos e o Valor de Mercado da
BRADESPAR



Obs.: Média entre os descontos ao final de cada mês.

Histórico do Desconto ao Longo de 2023



Obs.: Desconto no último dia útil de cada mês.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**COMENTÁRIOS SOBRE A EMPRESA INVESTIDA**

A VALE, em 2023, registrou um Lucro Líquido de US\$ 8,0 bilhões e realizou investimentos da ordem de US\$ 5,9 bilhões em projetos para a expansão e manutenção de suas operações. O EBITDA ajustado das operações continuadas da empresa totalizou US\$ 19,0 bilhões, uma queda de 9,0% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido, principalmente, aos menores preços referência médios de minério de ferro, cobre e níquel durante o ano.

No ano de 2023, a VALE firmou parceria estratégica com duas empresas – a Manara Minerals e a Engine No. 1 – na VALE Base Metals (VMB), empresa controladora do negócio de metais para transição energética da VALE. Ao longo da próxima década, espera-se que a VMB invista entre US\$ 25,0 e US\$ 30,0 bilhões em projetos minerais estratégicos, com potencial para aumento de produção em cobre e em níquel. Com o montante de US\$ 3,4 bilhões a ser pago à vista para a VMB, a Manara Minerals deterá 10% da empresa, enquanto a Engine No. 1 deterá participação de 3%, sujeita às condições precedentes cabíveis, incluindo a aprovação das autoridades regulatórias relevantes.

Ressalte-se, ainda, a inauguração da primeira planta de briquetes de minério de ferro, na Unidade Tubarão, em Vitória (ES). Com tecnologia inovadora desenvolvida pela VALE, o briquete é um produto aglomerado aplicável em altos-fornos e fornos de redução direta, que contribuem para a redução de emissões na cadeia produtiva do aço, apoiando seus clientes no desafio de promover a descarbonização de suas operações, atendendo às demandas na luta contra as mudanças climáticas. Uma segunda planta está em fase final de construção, com as duas unidades combinadas, quando em operação, com capacidade produtiva de 6 milhões de toneladas de briquetes por ano.

Por fim, se evidencia o foco na alocação disciplinada de capital, com remuneração aos acionistas de US\$ 2,0 bilhões de dividendos e juros sobre o capital próprio, pagos em dezembro de 2023, bem como US\$ 2,4 bilhões em dividendos pagos em março de 2024.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**SERVIÇOS PRESTADOS PELOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 162/22, a BRADESPAR informa que, no período encerrado em 31 de dezembro de 2023, não contratou e nem teve serviços prestados pelo auditor independente – PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. – não relacionados à auditoria externa.

A BRADESPAR adota, como política na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, a postura de atender às regulamentações que preservam a independência do auditor externo, mantendo consistência com os princípios internacionais, em atendimento aos procedimentos estabelecidos pela Companhia, os quais incluem, dentre outros, os seguintes tópicos: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. Adicionalmente, em caso de contratação de outros serviços, o escopo e os procedimentos dos referidos serviços são discutidos com os auditores independentes, para que não afetem as regras de independência estabelecidas.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A BRADESPAR S.A. (BRADESPAR, Companhia ou Controladora), empresa constituída sob a forma de sociedade por ações de capital aberto, tem por objeto social a participação como sócia ou acionista em outras sociedades, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.309, 2º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo - SP, Brasil.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pelo Conselho da Administração em 26 de março de 2024.

As participações societárias diretas são:

a) Millennium Security Holdings Corp. (MILLENNIUM)

A MILLENNIUM tem por objeto ingressar em qualquer ato ou atividade que seja permitida por qualquer lei no momento vigente nas Ilhas Virgens Britânicas.

Em 24 de outubro de 2023, foi concluído o processo de dissolução da empresa MILLENNIUM.

b) VALE S.A. (VALE)

VALE S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, e tem seus títulos negociados nas bolsas de valores de São Paulo – B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (VALE3), Nova York – NYSE (VALE) e Madri – LATIBEX (XVALO).

A VALE S.A. em conjunto com suas controladas são produtores globais de minério de ferro e pelotas, matérias-primas essenciais para a indústria siderúrgica e produtores de níquel, com aplicações na indústria de aço inoxidável e ligas metálicas utilizadas na produção de diversos produtos, também produz cobre, carvão térmico e metalúrgico, manganês, metais do grupo de platina, ouro, prata e cobalto (Nota 18).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Apresentamos as demonstrações financeiras Individuais (Controladora) e Consolidadas da BRADESPAR, que inclui a controlada MILLENNIUM, em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e apresentadas de acordo com o Pronunciamento CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas, correlata à norma internacional IFRS 10 – “*Consolidated Financial Statements*” implantadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e seus pronunciamentos técnicos – CPCs, interpretações - ICPCs e orientações - OCPCs, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BRADESPAR evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis descritas acima foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos apresentados.

Notas Explicativas

As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras, relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados.

A BRADESPAR avalia os eventos subsequentes até a data da aprovação das demonstrações financeiras pelo Conselho de Administração.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas refletem os saldos e transações da controladora e de sua controlada. O investimento, com influência significativa é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial e está apresentado na Nota 8.

As demonstrações financeiras consolidadas da BRADESPAR incluem a sua controlada MILLENNIUM.

b) Informações por segmento

A BRADESPAR é uma *holding* que tem por objeto social e único segmento de negócio, a participação como sócia ou acionista em outras sociedades.

c) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da BRADESPAR.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são recursos utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo e são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em fundos de investimento, cujos vencimentos das operações na data da efetiva aplicação são iguais ou inferiores a 90 dias, apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e são prontamente conversíveis em dinheiro. O valor de mercado dos fundos de investimento é determinado com base no valor da cota do último dia do período, informado pelo administrador dos fundos.

A composição das disponibilidades e das aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 7.

e) Instrumentos financeiros

(i) Classificação dos ativos financeiros

A partir de 2018 a Companhia passou a aplicar o CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9) que contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros, onde a entidade baseia-se tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA – Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Notas Explicativas

- **Mensurados ao custo amortizado**

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPI, cujo objetivo é o de manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

- **Mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)**

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas, imediatamente, no resultado.

São ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI. Instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.

- **Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a outros resultados abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

(ii) Metodologia de apuração do valor de mercado e classificação por nível hierárquico

O valor de mercado dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação dos preços observados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos.

f) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros - *impairment*

A Companhia avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e se for possível estimá-los com confiabilidade a perda por *impairment*, é reconhecida no resultado do período. Nos exercícios de 2023 e de 2022, não houve perda por *impairment*.

Notas Explicativas

g) Passivos financeiros

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias (em base “*pro rata*” dia), quando aplicável.

A Companhia classifica seus passivos financeiros na categoria:

- Custo Amortizado que são os passivos financeiros que não são avaliados pelo valor justo por meio do resultado. Inicialmente são registrados pelo seu valor justo e, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado.

h) Investimentos

As participações nos investimentos em controlada e com influência significativa são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial e, quando aplicável, deduzidas de provisão para perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

A composição dos investimentos está apresentada na Nota 8.

i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas, e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução CVM nº 72/22, sendo:

- Provisões: são reconhecidas quando, como resultado de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, que pode ser estimada de modo confiável, e é provável que uma saída de recursos será requerida para liquidar uma obrigação. Provisões são determinadas pela expectativa de fluxos de caixa futuros descontado a uma taxa prefixada a qual reflete a avaliação atual de mercado do valor monetário no tempo e os riscos específicos ao passivo.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito seja provável, são divulgados nas notas explicativas, quando relevantes;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

Notas Explicativas

- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Os detalhamentos dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados, estão apresentados na Nota 9.

j) Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização e referem-se a créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias, sendo reconhecidos, quando aplicável, no ativo circulante e no não circulante - realizável a longo prazo.

A provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável.

A provisão para contribuição social é constituída sobre o lucro tributável, antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, bem como, as informações sobre crédito tributário não ativado, estão apresentados na Nota 12.

k) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre e simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. Nas operações de captação de recursos, através da emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são registradas como redutoras do passivo e apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação.

l) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações em circulação (total de ações menos as ações em tesouraria). Não há fatores de diluição do lucro.

m) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS RELEVANTES

A apresentação das demonstrações financeiras, em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração pelos padrões de contabilidade emitidos pelo CPC e IASB, requer que a Administração da Companhia formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada período e nas ações que se planeja realizar, sendo permanentemente revistas com base nas informações disponíveis.

Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão nas estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir das estimativas.

As estimativas e os pressupostos significativos utilizados pela Administração da Companhia estão assim apresentados:

Provisões e passivos contingentes

As provisões contábeis são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

Monitoramos continuamente os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas: (i) sua natureza e complexidade; (ii) o desenvolvimento dos processos; (iii) a opinião dos nossos consultores jurídicos; e (iv) a nossa experiência com processos similares. Ao determinar se uma perda é provável e ao estimar seu valor, nós também consideramos:

- a probabilidade de perda decorrente de processos que ocorreram antes ou na data das demonstrações financeiras, mas que foram identificadas por nós após a data destas demonstrações, porém antes de sua divulgação; e
- a necessidade de divulgar os processos ou eventos que ocorrerem após a data das demonstrações financeiras, porém antes de sua divulgação.

5. PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2023:

- CPC 50 – Contratos de Seguros (correlacionado ao IFRS 17), aprovado pela Resolução CVM nº 42/2021. Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. A norma entrou em vigor em 1º de janeiro de 2023 e não foram identificados impactos na Companhia.

Notas Explicativas

- CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Financeiras (correlacionado as alterações no IAS 1). As alterações visam melhorar as divulgações de políticas contábeis, para que as entidades forneçam informações mais úteis aos usuários das Demonstrações Financeiras. As entidades deverão divulgar suas políticas contábeis materiais, em vez de suas políticas contábeis significativas. Inclui também orientações sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. As alterações entraram em vigor para períodos anuais a partir de 1º de janeiro de 2023, com aplicação antecipada permitida. Não foram identificados impactos na Companhia.
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas Retificação de Erro (correlacionado as alterações no IAS 8). As entidades deverão distinguir as diferenças entre as mudanças das políticas contábeis e as mudanças das estimativas contábeis. As alterações entraram em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2023, com aplicação antecipada permitida. Não foram identificados impactos na Companhia.
- CPC 32 - Tributos sobre o Lucro (correlacionado as alterações do IAS 12). Em circunstâncias específicas, as entidades estão isentas de reconhecer tributos diferidos quando reconhecem ativos ou passivos pela primeira vez. Essa isenção se aplica a operações de arrendamento e obrigações de encerramento, por exemplo. Com as alterações, as entidades não terão direito mais a isenção e estarão obrigadas a reconhecer o tributo diferido sobre tais transações, é aplicável a partir de janeiro 2023. Não foram identificados impactos na Companhia.

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a períodos futuros:

- Alterações do IFRS 16 - Arrendamentos - As mudanças, emitidas em setembro de 2022, preveem a adição de requisitos sobre como uma entidade contabiliza uma venda de um ativo e arrenda esse mesmo ativo de volta (*leaseback*), após a data inicial da transação. Em resumo, o vendedor-arrendatário não deve reconhecer nenhum ganho ou perda referente ao direito de uso retido por ele. As alterações entram em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. Concluiu-se que não haverá impactos com a aplicação desta regulamentação.
- Alteração ao IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras - As alterações emitidas em outubro de 2022, visam melhorar as informações divulgadas sobre dívidas não-correntes com *covenants*, para que os usuários das Demonstrações Financeiras entendam o risco de tais dívidas serem liquidadas antecipadamente. Nelas foram contempladas ainda, alterações que visam endereçar algumas preocupações levantadas por usuários das Demonstrações Financeiras, em função da aplicação das alterações sobre a Classificação de Passivos como Correntes e Não Correntes, emitidas em 2020. A adoção antecipada é permitida. As alterações têm efeito a partir de 1º de janeiro de 2024. Concluiu-se que não haverá impactos com a aplicação desta regulamentação.
- Alterações ao IAS 7 e ao IFRS 7 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Instrumentos Financeiros: Evidenciação - As alterações se referem à divulgação de informações sobre acordos financeiros com fornecedores que permitirão aos usuários das Demonstrações Financeiras avaliar seus efeitos sobre o passivo da entidade e aos seus fluxos de caixa, além da sua exposição ao risco de liquidez. As alterações entram em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. A Companhia avaliou as alterações propostas e não identificou impactos em suas Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas

- Alterações ao IAS 21 - Efeitos das mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis - As alterações visam definir sobre como avaliar se uma moeda pode ser trocada por outra e qual a taxa de câmbio a ser utilizada quando uma moeda não é passível de troca. Em resumo, a possibilidade de troca de uma moeda por outra, deve ser avaliada na data de mensuração e para uma finalidade específica. Caso conclua-se que a moeda é passível de troca, aplica-se os requerimentos do IAS 21. Caso contrário, estima-se a taxa de câmbio à vista na data de mensuração, usando uma taxa de câmbio observável sem ajuste ou outra técnica de avaliação. As alterações entram em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2025, sendo permitida a aplicação antecipada. Não foram identificados impactos na Companhia.

6. GESTÃO DE RISCOS

A Companhia entende que o gerenciamento de risco é fundamental para o planejamento estratégico e flexibilidade financeira. Desta forma, desenvolveu sua estratégia de gestão de riscos com o objetivo de proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais está exposta.

A BRADESPAR é uma empresa *holding* na qual a origem do resultado deve-se, basicamente, a equivalência patrimonial de sua controlada e investimento com influência significativa. Portanto, está sujeita, principalmente, ao impacto das variáveis negociadas no mercado financeiro sobre os resultados do negócio (risco de mercado), os riscos provenientes de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia (risco de crédito), aqueles inerentes a processos internos (risco operacional) e aqueles oriundos de fatores econômicos (risco de liquidez).

Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade da Companhia não cumprir suas obrigações contratuais nas datas previstas, bem como, encontrar dificuldades em atender às necessidades do fluxo de caixa, devido a restrições de liquidez do mercado.

Gestão de risco de crédito

O risco de crédito decorre de potenciais impactos negativos no fluxo de caixa devido à incerteza na capacidade das contrapartes de cumprir suas obrigações contratuais. Portanto, decorre, basicamente, caixa e equivalentes de caixa e de exposições de crédito de contas a receber em aberto.

Consideramos baixo o risco de crédito de exposição originada por aplicações financeiras classificadas como “caixa e equivalentes de caixa”, uma vez que os recursos são mantidos em fundo de investimento que possui seus investimentos aplicados, basicamente, em títulos públicos, e são utilizados para o cumprimento de suas obrigações operacionais e remuneração aos seus acionistas e investidores ao longo do ano.

• Perfil de risco de contrapartes

A Companhia utiliza, basicamente, análise de risco de crédito qualitativa, que leva em consideração o histórico de pagamento da contraparte, o tempo de relacionamento e sua posição estratégica em seu setor econômico, sendo a VALE, o principal investimento mantido pela Companhia, o qual nos proporciona o principal fluxo de caixa.

Notas Explicativas

De acordo com o risco de crédito de uma contraparte específica, a Companhia utiliza a estratégia de garantias corporativas como mitigação de risco de crédito. A Companhia controla os recebíveis para garantir que não há valores de principal ou juros não honrados pela contraparte.

Risco de mercado

A Companhia faz a avaliação de risco relacionados a mercado para apoiar o processo de decisão, suportar a estratégia de crescimento da Companhia e monitorar a volatilidade dos fluxos de caixa futuros. Atualmente não temos risco de mercado a ser reportado.

Risco operacional

A gestão de risco operacional que a BRADESPAR utiliza para gerir a incerteza relacionada à eventual inadequação ou deficiência de processos internos, pessoas, sistemas e eventos externos, se faz com a mitigação desse risco através da criação de controles e da melhoria constante dos controles já existentes.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro			
	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Disponibilidades em moeda nacional	300	-	300	-
Fundos de investimento financeiro ⁽¹⁾	245.904	408.700	245.904	408.700
TOTAL	246.204	408.700	246.204	408.700

(1) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, destinados aos integrantes da Organização ou Sociedades a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Bradesco.

8. INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial da controladora são demonstrados a seguir:

Empresas	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Resultado Ajustado	Quantidade de Ações Possuídas (em mil)	Participação no Capital Social %	Em 31 de dezembro			
						Total dos Investimentos		Ajustes Decorrente de Avaliação ⁽¹⁾	
						2023	2022	2023	2022
MILLENNIUM	-	-	-	-	100,00	-	-	-	(61)
VALE ^{(2) (3) (4) (5)}	77.300.000	208.706.094	39.939.514	163.355	3,60	7.511.136	7.269.133	1.894.093	3.698.326
Total						7.511.136	7.269.133	1.894.093	3.698.265

(1) Considera os resultados apurados pelas companhias, incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicável;

(2) As informações referentes a 31 de dezembro de 2023, foram auditadas pelos mesmos auditores independentes da Bradespar;

(3) Participação no Capital Social total foi alterada em razão do cancelamento de ações, realizado pela nossa investida em março de 2023;

(4) Avaliado pelo método de equivalência patrimonial do investimento na VALE S.A. Após o encerramento do acordo de acionistas da VALE S.A., a administração avaliou à luz do CPC 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, que define influência significativa como o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto com outros acionistas, portanto a Bradespar mantém influência significativa na empresa investida, tendo em vista a presença de representante e indicação no Conselho de Administração e em Comitês de assessoramento do Conselho de Administração; e

(5) Para maiores Informações sobre o investimento direto na VALE S.A., ver a Nota 18.

Notas Explicativas

b) Composição do investimento Consolidado avaliado pelo método de equivalência patrimonial:

Empresa	Total dos Investimentos		Em 31 de dezembro	
			Valor de Mercado ⁽²⁾	
	2023	2022	2023	2022
VALE	8.664.297	7.562.693	12.610.975	14.509.872
VALE – ajuste reflexo ⁽¹⁾	(1.153.161)	(293.560)	-	-
Total	7.511.136	7.269.133	12.610.975	14.509.872

(1) São considerados ajustes de avaliação patrimonial, conforme Lei nº 11.638/07 e CPCs 2 e 8, que são registrados em contrapartida ao patrimônio líquido, e referem-se, basicamente, às diferenças de câmbio na conversão de moeda estrangeira para a moeda funcional das operações realizadas pela VALE S.A. e demais movimentações patrimoniais que não transitaram no resultado do período; e

(2) Valor de mercado da participação na VALE S.A.

9. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes, porém existem processos cuja perspectiva de êxito é provável, sendo os principais:

- COFINS – R\$ 13.251 (31 de dezembro de 2022 – R\$ 12.823): A Companhia pleiteia a restituição ou compensação da COFINS, recolhida nos termos da Lei nº 9.718/98, no período de janeiro a outubro de 2001, naquilo que exceder ao que seria devido sobre o faturamento; e
- Programa de Integração Social (“PIS”) – R\$ 2.871 (31 de dezembro de 2022 – R\$ 2.778): A Companhia pleiteia a restituição ou compensação do PIS, recolhido nos termos da Lei nº 9.718/98, no período de janeiro a outubro de 2001, naquilo que exceder ao que seria devido nos Termos da Lei Complementar nº 7/70 (PIS Repique) ou, quando menos, naquilo que exceder ao que seria devido sobre o faturamento.

b) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A BRADESPAR mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como “autora” ou “ré” e, amparada na opinião dos seus assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso: remoto, possível ou provável.

Os processos classificados como possíveis são:

- A Bradespar é parte em uma ação judicial promovida pela Litel Participações S.A. (“Litel”), que tramitou, em primeira instância, sob o nº 0281248-69.2018.8.19.0001, perante o Juízo da 10ª Vara Cível do Rio de Janeiro. Nessa ação a Litel postulou a condenação da Bradespar no pagamento do valor de R\$ 1,4 bilhão a título de reembolso da quantia que pagou à Elétron S.A., no encerramento de ação movida contra a Litel e a Bradespar. A Litel alegou suposto descumprimento, por parte da Bradespar, do Contrato de Indenização, celebrado em 05 de janeiro de 2001.

Além de contestar a ação, a Bradespar apresentou reconvenção objetivando a condenação da Litel a lhe reembolsar o valor de R\$ 705 milhões, com base nos termos do citado Contrato de Indenização. Em sentença proferida em 04 de dezembro de 2019, o juiz de primeiro grau julgou improcedente a ação ajuizada pela Litel e parcialmente procedente a reconvenção em R\$ 470 milhões.

Notas Explicativas

Em 27 de janeiro de 2021, a Décima Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – TJRJ – julgou a Apelação apresentada pela Litel. Nesse julgamento, por unanimidade, a Câmara deu provimento à Apelação, de modo que a decisão de primeiro grau foi reformada para acatar o pleito da Litel, cujo valor será corrigido pelos encargos legais. O mesmo julgamento considerou improcedente a reconvenção apresentada pela Bradespar contra a Litel.

A Bradespar apresentou recurso de Embargos de Declaração no TJRJ, os quais foram acolhidos apenas para reduzir a condenação a título de honorários de sucumbência, fixando-a em 2% sobre o valor da condenação. Contra a decisão do TJRJ foram interpostos recursos especiais por ambas as partes ao Superior Tribunal de Justiça.

O recurso especial da Bradespar objetiva a reversão total da decisão do TJRJ, e o recurso especial da Litel questiona a redução dos honorários de sucumbência.

Ambos os recursos foram admitidos pela 3ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e remetidos ao Superior Tribunal de Justiça, onde foram distribuídos à 4ª Turma, à relatoria do Ministro Antonio Carlos Ferreira. Após a manifestação de suspeição por parte do Ministro Antonio Carlos Ferreira, os recursos foram redistribuídos ao Ministro Marco Aurélio Gastaldi Buzzi.

A Administração e os advogados que patrocinam a demanda mantêm como possível a classificação do risco de perda da Bradespar.

- II) A Bradespar tomou ciência da lavratura de auto de infração, em que as autoridades fiscais buscam glosar certas despesas apropriadas pela Companhia no exercício de 2018, derivadas de pagamentos realizados à Elétron S.A. em razão da homologação de Transação Extintiva de Litígio. Especificamente, as autoridades fiscais buscam exigir da Bradespar o pagamento do valor aproximado de R\$ 821 milhões (atualizados até dezembro/23), referente ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (“IRPJ”) e à Contribuição Social sobre o Lucro (“CSL”) que seriam devidos caso a Bradespar não houvesse excluído referidas despesas para fins da apuração do Lucro Real (base de cálculo do IRPJ) e do lucro líquido ajustado (base de cálculo da CSL), valor já acrescido de multa de ofício de 75%, multa isolada e juros de mora à taxa SELIC. Os advogados que patrocinam a demanda classificam como possível o risco de perda da Bradespar.
- c) A Companhia não possui contingências trabalhistas, classificadas como prováveis e possíveis, que devam ser provisionadas ou divulgadas.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2023	2022
Ordinárias	137.989.898	137.989.898
Preferenciais	255.106.712	255.106.712
Total	393.096.610	393.096.610

Em 27 de abril de 2023, a Bradespar comunicou ao mercado que foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a proposta da Diretoria para aumento do capital social no montante de R\$ 1.500.000, elevando-o de R\$ 3.100.125 para R\$ 4.600.125, mediante capitalização de parte do saldo da conta “Reservas de Lucros – Estatutária”, sem emissão de ações, de acordo com o Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativas

b) Reservas de Lucros

	Em 31 de dezembro	
	2023	2022
Reserva Legal ⁽ⁱ⁾	385.178	290.346
Reserva Estatutária ^{(ii) (iii)}	4.001.877	4.380.090
Total	4.387.055	4.670.436

- (i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social;
- (ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado; e
- (iii) Contempla os dividendos adicionais no montante de R\$ 310.000, submetidos pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2024, para aprovação na AGO de 29 de abril de 2024 (Nota 17 b).

Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações financeiras, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

c) Juros sobre o capital próprio e/ou dividendos

Em 31 de outubro de 2023, o Conselho de Administração aprovou a proposta da Diretoria para pagamento de dividendos no montante de R\$ 230.000, sendo R\$ 0,549440992 por ação ordinária e R\$ 0,604385092 por ação preferencial, não havendo retenção de imposto de Renda na Fonte, nos termos do Artigo 10 da Lei nº 9.249/95, e juros sobre capital próprio no montante de R\$ 450.000, sendo R\$ 1,074993246 por ação ordinária e R\$ 1,182492571 por ação preferencial, sendo os valores líquidos de R\$ 0,913744259 por ação ordinária e R\$ 1,005118685 por ação preferencial, considerando a dedução do Imposto de Renda na Fonte de 15% (quinze por cento), exceto para os acionistas pessoas jurídicas que estejam dispensados de tributação, a serem computados no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício de 2023 previsto no Estatuto Social, e foram pagos em 4 de dezembro de 2023.

Foram pagos e provisionados juros sobre capital próprio/dividendos, conforme segue:

Descrição	Por ação (bruto)		Valor bruto	IRRF (15%)	Valor Líquido
	Ordinárias	Preferenciais			
Juros sobre capital próprio pagos	0,800271	0,880299	335.000	50.250	284.750
Dividendos pagos	3,296645	3,62631	1.380.000	-	1.380.000
Total em 31 de dezembro de 2022	4,096916	4,506609	1.715.000	50.250	1.664.750
Juros sobre capital próprio pagos	1,074993	1,182492	450.000	67.500	382.500
Dividendos pagos	0,549440	0,604385	230.000	-	230.000
Total em 31 de dezembro de 2023	1,624433	1,786877	680.000	67.500	612.500

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 30% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária.

Notas Explicativas

O cálculo dos juros sobre o capital próprio e dividendos, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, está demonstrado a seguir:

	R\$ Mil	% ⁽¹⁾
Lucro líquido do exercício	1.896.619	
(-) Reserva legal	(94.832)	
Base de cálculo ajustada	1.801.787	
Juros sobre o capital próprio pagos	450.000	
(-) Imposto de renda na fonte relativo aos juros sobre o capital próprio	(67.500)	
Juros sobre o capital próprio (líquido)	382.500	
Dividendos pagos	230.000	
Juros sobre o capital próprio (líquido) e dividendos acumulados em 2023	612.500	34,0 ⁽²⁾
Juros sobre o capital próprio (líquido) e dividendos acumulados em 2022	1.064.750	30,1

- (1) Percentual dos juros sobre o capital próprio e dividendos aplicado sobre a base de cálculo ajustada; e
- (2) Considerando a remuneração adicional de dividendos de R\$ 310.000, submetidos pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2024, para aprovação na AGO de 29 de abril de 2024, o percentual de distribuição de 2023 seria de 51,2% (Nota 17 b).

11. RESULTADO FINANCEIRO

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas Financeiras				
Receita de aplicações financeiras	55.105	59.434	55.105	59.434
Juros sobre impostos a recuperar	11.311	20.857	11.311	20.857
Outras	1.885	1.207	1.885	1.588
	68.301	81.498	68.301	81.879
Despesas Financeiras				
Outras	(528)	(141)	(528)	(583)
	(528)	(141)	(528)	(583)
Resultado Financeiro Líquido	67.773	81.357	67.773	81.296

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Impostos a Compensar e a Recuperar

Os impostos a compensar e a recuperar, na Controladora e Consolidado, no montante de R\$ 132.641 (31 de dezembro de 2022 - R\$ 141.910), referem-se, basicamente, a imposto de renda e contribuição social do exercício atual e exercícios anteriores.

b) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Resultado antes dos tributos (Imposto de Renda e Contribuição Social)	1.896.619	3.727.675	1.896.619	3.727.675
Encargo total do Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(644.851)	(1.267.409)	(644.851)	(1.267.409)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:				
Participações em controlada e investimento com influência significativa	643.992	1.257.410	643.992	1.257.430
Despesas e provisões indedutíveis, líquidas de receitas não tributáveis	1.027	4.931	1.027	4.911
Juros sobre o capital próprio recebidos a receber	(149.093)	(101.706)	(149.093)	(101.706)
Juros sobre o capital próprio pagos e a pagar	153.000	113.900	153.000	113.900
Outros ⁽¹⁾	(4.075)	(7.126)	(4.075)	(7.126)
Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício	-	-	-	-

(1) inclui, substancialmente, constituição de crédito tributário não ativado.

Notas Explicativas

c) Créditos tributários não ativados

Em 31 de dezembro de 2023, na Controladora e no Consolidado, os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, não ativados totalizam R\$ 343.316 (31 de dezembro de 2022 – R\$ 338.549).

13. PARTES RELACIONADAS

- I) Em 31 de dezembro de 2023, na Controladora e Consolidado, as transações com partes relacionadas referem-se ao recebimento de juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 413.257 (31 de dezembro de 2022 – R\$ 213.745) e dividendos recebidos no montante de R\$ 554.350 (31 de dezembro de 2022 – R\$ 939.605), proveniente do nosso investimento na VALE.

II) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é distribuído em reunião do Conselho de Administração, a ser pago aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear planos de previdência complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Administradores da BRADESPAR.

Para 2023, foi determinado o valor máximo de R\$ 6.500 para remuneração dos Administradores e R\$ 6.300 para custear planos de previdência privada.

Remuneração de curto e médio prazo a administradores

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2023	2022
Remuneração	5.821	6.610
Total	5.821	6.610

Benefícios pós-emprego

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2023	2022
Planos de previdência complementar de contribuição definida	6.300	5.500
Total	6.300	5.500

Outros benefícios

A BRADESPAR não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, para seu pessoal-chave da Administração.

III) Participação acionária

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria possuem, em conjunto, a seguinte participação acionária na BRADESPAR:

	Em 31 de dezembro	
	2023	2022
• Ações ordinárias	0,1655%	0,1655%
• Ações preferenciais	0,4867%	0,4833%
• Total de Ações	0,3739%	0,3717%

Notas Explicativas

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) A classificação dos instrumentos financeiros é demonstrada a seguir:

- I) Ativos Financeiros na Controladora e Consolidado referem-se a Caixa e Equivalentes de Caixa, no montante de R\$ 246.204 (31 de dezembro de 2022 – R\$ 408.700); e
- II) Passivos Financeiros – Custo Amortizado na Controladora e Consolidado, referem-se às Outras Obrigações no montante de R\$ 25.293 (31 de dezembro de 2022 – R\$ 25.348) Nota 16c.

b) Análise de sensibilidade

Apresentamos a seguir a sensibilidade das posições sujeitas às oscilações de preços ou taxas de mercado:

Fatores de Riscos	Definição	Cenários					
		Em 31 de dezembro de 2023			Em 31 de dezembro de 2022		
		1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais	Exposições sujeitas às variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(6)	(1.399)	(2.756)	(8)	(2.431)	(4.775)
Total sem Correlação		(6)	(1.399)	(2.756)	(8)	(2.431)	(4.775)

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições.

Cenário 1: Com base nas informações de mercado (B3, Anbima, etc) foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros. Por exemplo: para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 10,04% foi aplicado um cenário de 10,05% a.a.

Cenário 2: Foram determinados choques de 25% com base no mercado. Por exemplo: para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 10,04% foi utilizado um cenário de 12,55% a.a.

Cenário 3: Foram determinados choques de 50% com base no mercado. Por exemplo: para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 10,04% foi utilizado um cenário de 15,06% a.a.

15. ESTIMATIVA DO VALOR JUSTO

Pressupõe-se que o valor justo dos saldos caixa e equivalentes de caixa e outras obrigações, estejam compatíveis com seus valores contábeis considerando que aproxima-se, significativamente, de seus valores de curva, sem risco significativo de mercado, de crédito e de liquidez. A Companhia aplica o CPC 40 (R1) para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo.

A Companhia não possui ativos e passivos mensurados a valor justo com base nos níveis 1, 2 e 3.

Notas Explicativas

16. OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022;
- b) Intangível na Controladora e Consolidado, no montante de R\$ 436 (31 de dezembro de 2022 – R\$ 967), referem-se ao contrato de aluguel de imóveis, com término da vigência em 30 de junho de 2029;
- c) Outras Obrigações, na Controladora e no Consolidado, no montante de R\$ 34.628 (31 de dezembro de 2022 – R\$ 32.821) referem-se, basicamente, às frações de ações do grupamento, deliberado na Assembleia Geral Extraordinário (“AGE”) de abril de 2004, que foram vendidas em leilão na B3, em julho de 2004, sendo que os valores foram creditados ou colocados à disposição dos acionistas; e
- d) Despesas Gerais e Administrativas na Controladora e Consolidado, referem-se a Despesas de Pessoal, no montante de R\$ 14.415 (31 de dezembro de 2022 – R\$ 14.480) e Outras Despesas Gerais e Administrativas na Controladora e Consolidado, no montante de R\$ 6.999 (31 de dezembro de 2022 – R\$ 5.965).

17. EVENTOS SUBSEQUENTES

- a) Em 22 de fevereiro de 2024, a Vale comunicou ao mercado que seu Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos no valor de R\$ 2,738548374 por ação, apurados conforme o balanço de 31 de dezembro de 2023, e que foram pagos em 19 de março de 2024; e
- b) Em 26 de março de 2024, a Bradespar comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, o Conselho de Administração, submeteu, para deliberação em Assembleia Geral Ordinária, proposta para remuneração adicional composta por R\$ 310.000 de dividendos, sendo R\$ 0,740550903 por ação ordinária e R\$ 0,814605993 por ação preferencial, não havendo retenção de Imposto de Renda na Fonte, nos termos do Artigo 10 de Lei nº 9.249/95. Se aprovada a proposta, os mencionados dividendos serão computados no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício de 2023.

Além disso, a Companhia, com base no disposto no artigo 23, § 1º, do Estatuto Social, aprovou apresentar ao Conselho de Administração, para deliberação em reunião que será realizada em 29 de abril de 2024, proposta para declarar dividendos no montante de R\$ 140.000, sendo R\$ 0,334442343 por ação ordinária e R\$ 0,367886577 por ação preferencial, não havendo retenção de Imposto de Renda na Fonte, nos termos do Artigo 10 da Lei nº 9.249/95. Se aprovada a proposta, os mencionados dividendos serão computados no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício de 2024.

Os dividendos mencionados acima, no montante total de R\$ 450.000, beneficiarão os acionistas inscritos nos registros da Companhia em 29 de abril de 2024 (data de declaração), passando as ações a serem negociadas “ex-dividendos” a partir de 30 de abril de 2024 e serão pagos em 15 de maio de 2024.

Notas Explicativas

18. INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE O INVESTIMENTO COM INFLUÊNCIA SIGNIFICATIVA

- I) Apresentamos, a seguir, o sumário do Balanço Patrimonial Consolidado e Resultado Consolidado divulgado pela empresa VALE, não representando a parcela proporcional da BRADESPAR:

BALANÇO PATRIMONIAL - R\$ Milhões	Em 31 de dezembro	
	2023	2022
ATIVO		
Circulante	90.529	81.009
Não Circulante:		
Realizável a Longo Prazo	65.783	75.104
Investimentos	9.061	9.381
Imobilizado	234.302	234.472
Intangível	56.309	53.421
TOTAL	455.984	453.387
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Circulante	70.948	72.478
Não Circulante	186.711	186.015
Patrimônio Líquido	198.325	194.894
TOTAL	455.984	453.387
Participação Direta	3,60%	3,42%

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - R\$ Milhões	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2023	2022
Receita de vendas, líquida	208.066	226.508
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(120.016)	(124.195)
Lucro Bruto	88.050	102.313
Despesas operacionais	(17.344)	(13.603)
Resultado Financeiro	(9.718)	11.378
Resultado de Equivalência Patrimonial	(5.434)	1.616
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	55.554	101.704
Tributos sobre o lucro	(15.000)	(15.185)
Lucro líquido (Prejuízo) das operações continuadas	40.554	86.519
Operações Descontinuadas	-	9.818
Lucro líquido	40.554	96.337
Atribuído aos acionistas não controladores	614	413
Lucro líquido atribuído aos acionistas da VALE	39.940	95.924

II) Outras Informações divulgadas pela empresa Vale

a) Rompimento da barragem de Brumadinho

Em janeiro de 2019, uma barragem de rejeitos ("Barragem I") rompeu na mina Córrego do Feijão, no município de Brumadinho, Minas Gerais. O rompimento liberou um fluxo de rejeitos, destruindo algumas das instalações da Vale, afetando as comunidades locais e causando danos ao meio ambiente. Os rejeitos liberados causaram um impacto de cerca de 315 km de extensão, atingindo as proximidades do rio Paraopeba. O rompimento da barragem em Brumadinho ("evento") resultou em 270 fatalidades ou fatalidades presumidas e causou extensos danos materiais e ambientais na região.

Como consequência do rompimento da barragem, a Vale vem reconhecendo provisões para atender às obrigações assumidas, indenizações individuais aos que foram afetados pelo evento, gastos com reparação das áreas impactadas e compensação à sociedade.

Notas Explicativas

Adicionalmente, a Vale incorreu em gastos que foram reconhecidos diretamente no resultado como “Outras despesas operacionais, líquidas”, tais como: manejo de rejeitos, serviços de comunicação, assistência humanitária, folha de pagamento, serviços jurídicos, abastecimento de água, entre outros. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, as despesas incorridas foram de R\$ 2.492 milhões, R\$ 3.222 milhões e R\$ 3.492 milhões, respectivamente.

Acordo Judicial para Reparação Integral

O Acordo Judicial para Reparação Integral é segmentado entre: (i) obrigações a pagar diretamente ao Governo do Estado de Minas Gerais e Instituições de Justiça, com o objetivo de executar projetos de reparação socioeconômica e compensação socioambiental; (ii) projetos de reparação socioeconômica em Brumadinho e nos demais municípios; e (iii) plano de reparação dos danos ambientais causados pelo rompimento da barragem. Estas obrigações estão projetadas por um período médio de 5 anos.

Para as obrigações (i) e (ii), os valores estão definidos no acordo e eventuais alterações em relação aos orçamentos originais e prazos acordados podem mudar o saldo da provisão no futuro. Adicionalmente, a recuperação ambiental, cujos valores estimados fazem parte do Acordo Judicial para Reparação Integral, não possui limite de valor em virtude da obrigação legal da Vale de reparar integralmente os danos ambientais causados pelo rompimento da barragem. As despesas incorridas para a execução destas obrigações são deduzidas da apuração do imposto de renda da Vale, seguindo a legislação tributária vigente, que está sujeita à fiscalização periódica das autoridades competentes. Portanto, embora a Vale monitore essa provisão, os montantes provisionados estão sujeitos a alterações, dependendo de diversos fatores que não estão sob o controle da Vale.

Outras obrigações

A Vale também está trabalhando na segurança geotécnica das estruturas remanescentes na mina do Córrego do Feijão, incluindo a remoção e descarte adequado dos rejeitos residuais da Barragem I, incluindo a dragagem de parte do material liberado e o desassoreamento da calha do rio Paraopeba. Em 2023, a revisão das estimativas para realizar estas ações resultou no complemento de provisão no montante de R\$ 980 milhões (2022: R\$ 1.568 milhões).

No âmbito das indenizações individuais, a Vale e a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais formalizaram, em 5 de abril de 2019, um termo de compromisso por meio do qual as pessoas atingidas pelo rompimento da Barragem de Brumadinho podem optar por negociar com a Vale a celebração de acordos extrajudiciais, individuais ou por grupo familiar, para estabelecer a indenização por danos materiais e morais por eles sofridos. Esse termo de compromisso estabelece a base para uma ampla variedade de pagamentos de indenização, os quais foram definidos com base superiores à jurisprudência dos Tribunais brasileiros, observando preceitos e normas da Organização das Nações Unidas (“ONU”).

Processos judiciais

Ações civis públicas movidas pelo Estado de Minas Gerais, Ministério Público Estadual e Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais por danos resultantes do rompimento da Barragem I

A Vale é parte de ações civis públicas movidas pelo Estado de Minas Gerais e instituições de justiça, reivindicando a reparação dos danos socioeconômicos e socioambientais resultantes do rompimento da barragem e buscando uma ampla gama de medidas ordenando que a Vale tome ações específicas de remediação e reparação. Celebrado o Acordo Judicial para Reparação Integral em fevereiro de 2021, os pedidos para a reparação dos danos socioambientais e socioeconômicos

Notas Explicativas

coletivos contidos nas ações civis públicas referentes ao rompimento da barragem foram substancialmente resolvidos. As indenizações por danos individuais ficaram excetuadas do Acordo Judicial para Reparação Integral, tendo sido ratificado o Termo de Compromisso firmado com a Defensoria Pública de Minas Gerais, cujos parâmetros são utilizados para a realização de acordos individuais. A Vale avaliou que o risco de perda é possível e, neste momento, não é possível estimar com confiabilidade o montante de uma eventual perda para a Vale.

Ação Civil Pública e Investigação nos termos da Lei Anticorrupção Brasileira

Em outubro de 2020, a Controladoria-Geral da União (“CGU”) notificou a Vale sobre instauração de processo administrativo de responsabilização por supostas violações à Lei 12.846/2013 em relação às atividades de fiscalização e monitoramento da Barragem I da Mina Córrego do Feijão. Em agosto de 2022, a CGU concluiu que não foram apresentadas informações fidedignas no sistema da Agência Nacional de Mineração (“ANM”), tendo sido emitidas Declaração de Condição de Estabilidade positiva para a Barragem I de Brumadinho, quando, no entendimento do órgão, ela deveria ser negativa. Dessa forma, mesmo reconhecendo a inexistência da prática de atos de corrupção, a CGU definiu uma multa no valor de R\$ 86 milhões nível mínimo estabelecido pela lei, sendo reconhecido o não envolvimento ou tolerância da alta direção.

Em setembro de 2023, a CGU indeferiu o pedido de reconsideração apresentado pela Vale e, consequentemente, a Vale pagou a multa no valor de R\$ 86 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A Vale discorda da condenação e está adotando as medidas judiciais cabíveis.

Ação coletiva nos Estados Unidos da América

A Vale está se defendendo de uma ação coletiva perante um Tribunal Federal de Nova York movida por detentores de valores mobiliários - *American Depositary Receipts* (“ADRs”) - de emissão da Vale. Após decisão proferida pela Corte em maio de 2020, rejeitando, em parte, a defesa preliminar apresentada pela Vale, foi iniciada a fase de produção de provas (“*Discovery*”), que se encerrou em novembro de 2023.

A Corte irá analisar o cabimento do pedido de alegações finais pela Vale (“*Motion for Summary Judgment*”), por meio da apreciação de uma carta preliminar apresentada pela Vale (“*pre-motion letter*”). Adicionalmente, em 2024 haverá uma audiência com o Juiz do caso para apreciação do pedido da Vale de não-certificação da classe (“*motion for class decertification*”).

Em 24 de novembro de 2021, uma nova Reclamação (*Complaint*) foi distribuída por oito fundos de investimentos que optaram em requerer reparação por supostos prejuízos de forma autônoma e separadamente dos membros de classe da ação principal, com as mesmas alegações apresentadas na ação coletiva principal. As Partes ainda estão na fase de apresentação de defesas preliminares, oposições e réplicas.

A expectativa de perda destes processos é classificada como possível. No entanto, considerando a fase atual da ação coletiva, não é possível neste momento, estimar com confiabilidade o montante de uma eventual perda. O Autor não especificou valores dos prejuízos alegados nesta demanda.

Investigações e processos penais

Em janeiro de 2020, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais (“MPMG”) denunciou 16 pessoas (incluindo ex-diretores da Vale e ex-empregados) pela prática de supostos crimes, incluindo homicídio, e contra a Vale S.A. por supostos crimes ambientais.

Em novembro de 2021, a Polícia Federal concluiu inquérito sobre a possível responsabilidade criminal pelo rompimento da barragem de Brumadinho. A investigação foi encaminhada ao Ministério Público Federal (“MPF”).

Notas Explicativas

Em janeiro de 2023, após o reconhecimento pelo Supremo Tribunal Federal sobre a competência da Justiça Federal, o MPF ratificou a denúncia apresentada pelo MPMG, que foi recebida pela autoridade competente. O MPF e a Polícia Federal conduziram uma investigação separada sobre as causas do rompimento da barragem em Brumadinho, que pode resultar em novos processos criminais e ainda não é possível estimar quando uma decisão será emitida. A Vale avaliou que o risco de perda é possível e, considerando a fase inicial do processo, não é possível neste momento estimar com confiabilidade o montante de uma eventual perda para a Vale.

Ações Civis públicas movidas por sindicatos

Em 2021, foram ajuizadas na Justiça do Trabalho de Betim no estado de Minas Gerais, ações civis públicas por sindicatos de trabalhadores pleiteando o pagamento de indenização por dano de morte aos empregados próprios e terceirizados, falecidos em decorrência do rompimento da Barragem I. Foram proferidas decisões iniciais condenando a Vale ao pagamento de R\$ 1 milhão por vítima fatal. Em junho de 2023, o Tribunal Superior do Trabalho julgou a ação proposta pelo Sindicato e manteve a sentença condenatória. A Vale está se defendendo das referidas ações e entende que o prognóstico de perda é considerado possível.

Processo Judicial movido pela *Securities and Exchange Commission* ("SEC") e Investigações conduzidas pela CVM

Em 28 de abril de 2022, a SEC ajuizou uma ação contra a Vale no Tribunal Distrital dos EUA para o Distrito Leste de Nova York, alegando que certas divulgações relacionadas à gestão de segurança de barragens anteriores ao rompimento da barragem em Brumadinho violaram as leis de valores mobiliários dos Estados Unidos.

Em 28 de março de 2023, a Vale celebrou um acordo com a SEC para resolver o litígio por completo. Pelo acordo, sem admitir ou negar as demandas agora extintas (as quais se referiam a responsabilidade estrita e negligência, nos termos da Lei de Valores Mobiliário), a Vale pagou o valor total de R\$ 285 milhões (US\$ 56 milhões) durante o exercício findo em 31 de dezembro 2023. A SEC concordou em não perseguir a condenação da Vale por atuação com intenção fraudulenta ou imprudente em relação às suas divulgações. Em abril de 2023, o acordo foi aprovado e homologado pela Corte.

A CVM também está realizando uma investigação relacionada à divulgação de informações a acionistas, investidores e ao mercado, especialmente com relação às condições e gestão das barragens da Vale. A Vale avaliou que o risco de perda é possível e, neste momento, não é possível estimar com confiabilidade o montante de uma eventual perda para a Vale.

Arbitragens no Brasil movidas por acionistas, uma associação de classe e fundos de investimento estrangeiros

No Brasil, a Vale está se defendendo em (i) uma arbitragem movida por 385 acionistas minoritários, (ii) duas arbitragens movidas por uma associação de classe que pretende representar todos os acionistas minoritários da Vale, e (iii) três arbitragens movidas por fundos estrangeiros.

Nas seis arbitragens, os Requerentes alegam que a Vale estava ciente dos riscos relacionados à segurança da barragem e falhou no dever de divulgar tais riscos aos acionistas. Com base nesse argumento, eles pleiteiam compensação pelos danos decorrentes da desvalorização das ações detidas pelos Requerentes.

A expectativa de perda é classificada como possível para os seis procedimentos e, considerando a fase inicial, não é possível neste momento, estimar com confiabilidade o montante de uma eventual perda.

Notas Explicativas

Em um dos procedimentos movidos por fundos estrangeiros, os requerentes inicialmente estimaram em seu pedido que o valor das perdas alegadas seria de aproximadamente R\$ 1.800 milhões. Em outro procedimento apresentado por fundos estrangeiros, os requerentes inicialmente estimaram em seu pedido que o valor das perdas alegadas seria de aproximadamente R\$ 3.900 milhões.

A Vale contesta os procedimentos em curso e entende que, para esse caso e na atual fase do procedimento, é remota a probabilidade de perda nos valores alegados pelos fundos estrangeiros.

Outros processos

A Vale também está se defendendo em várias investigações e processos movidos por pessoas físicas, pessoas jurídicas, investidores, associações, sindicatos, entidades legislativas, organizações não-governamentais e outras entidades que buscam reparação e compensação por danos ambientais, patrimoniais e pessoais resultantes da ruptura da barragem em Brumadinho, incluindo alegadas violações das leis de valores mobiliários. O valor de perda estimado para estes processos era de R\$ 457 milhões em 31 de dezembro de 2023 (2022: R\$ 639 milhões), cuja probabilidade de perda é classificada como possível pela Vale.

Seguros

A Vale está negociando com as seguradoras o pagamento de indenizações com base nas suas apólices de responsabilidade civil geral e responsabilidade Civil de Diretores e Conselheiros. Em 2023, a Vale recebeu R\$ 149 milhões das seguradoras (2022: R\$ 23 milhões), reconhecido no resultado como “Outras despesas operacionais, líquidas”.

b) Contingências relacionadas ao acidente da Samarco

Em novembro de 2015, a barragem de rejeitos do Fundão, de propriedade da Samarco Mineração S.A. (“Samarco”) se rompeu, inundando determinadas comunidades e causando impactos nas comunidades e no meio ambiente ao longo do Rio Doce. O rompimento resultou em 19 mortes e causou danos materiais e ambientais às áreas afetadas. A Samarco é uma *joint venture* com participação societária igualmente dividida entre Vale e BHP Billiton Brasil Ltda. (“BHPB”).

Em 2016, a Vale, Samarco e BHPB firmaram o TTAC com a União Federal, os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, algumas outras autarquias federais e estaduais, estabelecendo a criação da Fundação Renova, assim como programas socioambientais e socioeconômicos visando a adoção de medidas de mitigação, reparação e compensação dos danos.

Em 2018, a Samarco, a Vale e a BHPB assinaram um acordo abrangente com os procuradores federais e estaduais (Minas Gerais e Espírito Santo), defensores públicos e procuradores-gerais, entre outros, aprimorando o mecanismo de governança da Fundação Renova e estabelecendo, entre outros, um processo para possíveis revisões dos programas previstos no TTAC (“TacGov”).

Estes acordos foram firmados visando estabelecer medidas de mitigação, reparação e compensação dos danos, os quais a Samarco possui responsabilidade primária, cabendo à Vale e à BHPB, responsabilidade subsidiária na proporção da participação de 50%, caso a Samarco não consiga cumprir com tais obrigações.

Notas Explicativas

Recuperação Judicial da Samarco

Em abril de 2021, a Samarco anunciou o pedido de Recuperação Judicial (“RJ”) ajuizado junto à Justiça de Minas Gerais para renegociar sua dívida, que estava em poder de detentores estrangeiros de títulos de dívida. A RJ é uma forma da Samarco reestruturar suas dívidas e estabelecer uma posição financeira independente e sustentável, permitindo que a Samarco continuasse trabalhando na retomada de suas operações com segurança e cumprindo com suas obrigações relacionadas à Fundação Renova.

Em maio de 2023, a Vale S.A. firmou um acordo vinculante em conjunto com a BHPB, a Samarco e determinados credores que detinham em conjunto mais de 50% dos títulos de dívida da Samarco, que estabelece os parâmetros para a reestruturação da dívida por meio de um plano de uma reestruturação consensual, o qual foi aprovado pelos credores, submetido à Justiça de Minas Gerais em julho de 2023 e homologado pelo juiz em setembro de 2023.

Em dezembro de 2023, os R\$ 24 bilhões (US\$ 4,8 bilhões) de dívida financeira existente da Samarco detidos pelos credores foram trocados por aproximadamente R\$ 19 bilhões (US\$ 3,9 bilhões) de dívida de longo prazo sem garantia e com atualização de juros pelo período de 2023 a 2031.

Após a execução do plano, a Samarco possui uma estrutura de capital adequada, em linha com seu *ramp-up* operacional e geração de fluxo de caixa. O plano considera pagamentos para a reparação e compensação limitados a R\$ 5 bilhões (US\$ 1 bilhão) pelo período de 2024 a 2030 e prevê que, após esse período, a Samarco terá capacidade de realizar contribuições adicionais com base nas projeções de geração de caixa da Samarco.

Principais passivos contingentes

Ação Civil Pública movida pela União e outros e ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal (“MPF”)

A Vale está se defendendo em diversos processos judiciais movidos por autoridades governamentais, instituições de justiça, associações civis e pessoas físicas, pleiteando indenização por danos socioambientais e socioeconômicos, assim como medidas específicas de reparação como resultado do rompimento da barragem de Fundão da Samarco, incluindo uma ação movida pelo Ministério Público Federal em 2016 pleiteando diversas medidas que somariam R\$ 155 bilhões, sujeito a juros e correção monetária, cujo efeito para a Vale seria de 50% deste montante.

Esta ação estava suspensa em função da homologação do TacGov. No entanto, os requisitos estabelecidos no TacGov para renegociação do TTAC, não foram implementados durante o período estabelecido e, em 2020, o Ministério Público Federal requereu a retomada desta ação civil pública.

Diante destes desdobramentos, Vale, Samarco, BHPB e Ministérios Públicos Federal e Estadual iniciaram negociações para buscar um acordo definitivo para a resolução das obrigações estabelecidas no TTAC e da ação de R\$ 155 bilhões movida pelo Ministério Público Federal.

O objetivo da Vale com um potencial acordo é obter um ambiente estável para a execução dos programas de reparação e compensação relacionados ao rompimento da barragem da Samarco e, também visa resolver todas as ações judiciais movidas pelas autoridades públicas envolvidas.

Notas Explicativas

Decisão judicial para realização de depósito e inclusão de novos territórios afetados pelo rompimento

Em março de 2023, como parte de um processo relacionado a um potencial aumento no número de territórios reconhecidos como afetados pelo rompimento da barragem de Fundão da Samarco e cobertos pelo TTAC, o Tribunal Federal emitiu uma decisão ordenando que a Vale e a BHP Brasil efetuassem depósitos judiciais no valor total de R\$ 10,3 bilhões, em dez parcelas, cujo efeito para a Vale seria de 50% deste montante. Em 28 de abril de 2023, o Tribunal Federal concedeu o pedido das empresas de efeito suspensivo da decisão que determinava este depósito.

Em agosto de 2023, o juiz proferiu uma decisão judicial na qual reconheceu a existência dos novos territórios impactados pelo rompimento da barragem de Fundão. Em outubro de 2023, foi proferida decisão que suspendeu a decisão recorrida, ficando determinado que seja realizada a prova pericial requerida pela Vale e BHP Brasil, com direito ao contraditório e à ampla defesa. A Vale está se defendendo e entende que as provisões registradas são adequadas para cumprir com as obrigações relacionadas ao TTAC.

Decisão judicial sobre danos morais coletivos

Em janeiro de 2024 (evento subsequente), a 4ª Vara Federal de Belo Horizonte proferiu uma decisão judicial na qual requer o pagamento de indenização por danos morais coletivos no valor de R\$ 47,6 bilhões (cujo efeito para a Vale seria de 50% deste montante), sujeito a correção monetária desde a data da decisão e com juros a partir de 5 de novembro de 2015. A Vale está se defendendo e entende como possível a probabilidade de perda do mérito da decisão e como remoto os valores alegados na decisão proferida.

Provisão relacionada ao rompimento da barragem da Samarco

Na preparação de suas demonstrações financeiras, a Vale considerou todas as informações disponíveis sobre o potencial acordo definitivo, as ações judiciais relacionadas ao rompimento da barragem da Samarco e a capacidade financeira da Samarco para realizar pagamentos futuros relacionados à estas questões.

Como resultado, a Vale reconheceu um complemento de provisão no valor de R\$ 5.841 milhões, refletindo a mudança na estimativa da Vale em relação ao montante de desembolsos futuros que serão necessários para resolver todos os aspectos relacionados ao rompimento da barragem da Samarco.

Outros passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2023, a Vale possui outros passivos contingentes decorrentes do rompimento da barragem da Samarco. As principais atualizações no ano referentes a estes processos judiciais foram as seguintes:

- Ação de contribuição no Reino Unido

Em decorrência do rompimento da barragem de Fundão, a BHP Group Limited ("BHP") é ré em uma ação perante o tribunal da Inglaterra e do País de Gales, movida por diversos requerentes, incluindo pessoas físicas, jurídicas e municípios do Brasil supostamente afetados pelo rompimento da barragem da Samarco.

Notas Explicativas

Em dezembro de 2022, a BHP ajuizou uma ação de contribuição contra a Vale, requerendo que a Vale se responsabilize, em conjunto com a BHP, de uma eventual indenização estabelecida na reivindicação do Reino Unido. Tanto a ação de contribuição como a ação do Reino Unido ainda estão em curso e não houve qualquer decisão sobre os seus méritos. Ainda não é possível estimar com confiabilidade o valor de uma eventual perda para a Vale.

- Processo criminal

Em setembro de 2019, o juiz rejeitou todas as acusações criminais contra os representantes da Vale relacionadas ao primeiro grupo de acusações, que diz respeito aos resultados advindos da ruptura da Barragem de Fundão, remanescendo apenas a pessoa jurídica no polo passivo. Também permaneceu inalterada a denúncia em relação ao segundo grupo de acusações em que se imputa a prática de supostos crimes contra a Administração Pública Ambiental pela Vale e um de seus executivos. A Vale está se defendendo e até o momento, não é possível estimar quando uma decisão final sobre o caso será proferida. A Vale avaliou que o risco de perda é possível e, neste momento, não é possível estimar com confiabilidade o montante de uma eventual perda para a Vale.

- Processo fiscal

Em setembro de 2018, o fisco federal ajuizou um pedido perante a justiça federal de Belo Horizonte para a condenação dos bens da Vale para garantir o pagamento de dívidas fiscais e previdenciárias federais da Samarco, no valor aproximado de R\$ 11 bilhões (em junho de 2018). Em maio de 2019, foi proferida uma decisão favorável julgando improcedente o pedido, sem prejuízo do interesse processual, por ilegitimidade. A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ("PGFN") interpôs recurso de apelação na Justiça local, estando pendente uma decisão.

- Outros processos

A Vale também está se defendendo em diversas ações privadas, perante diferentes tribunais estaduais e federais nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, movidos por pessoas físicas e outras entidades que buscam a reparação e compensação por danos ambientais, patrimoniais e danos pessoais decorrentes do rompimento da barragem da Samarco.

Consequências tributárias para a Vale decorrentes do plano de reestruturação consensual da Samarco

O plano prevê que as demandas adicionais de caixa da Fundação Renova passarão a ser realizadas por meio de aportes de capital na Samarco. Os desembolsos foram anteriormente realizados diretamente pela Vale e BHPB para a Renova em nome da Samarco e, portanto, deduzidos na apuração do imposto de renda da Vale, de acordo com a legislação tributária brasileira.

Assim, com a alteração na forma de realizar as contribuições à Fundação Renova, a Vale não poderá mais deduzir futuros pagamentos de seu imposto de renda, já que os aportes de capital não são dedutíveis para a apuração no Brasil. Portanto, o saldo de imposto diferido ativo sobre o total da provisão no montante de R\$ 5.468 milhões foi revertido em sua totalidade, com o impacto correspondente registrado na demonstração do resultado como "Tributos sobre o lucro" no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Adicionalmente, tal Plano não determina que as despesas já incorridas pela Vale no montante de R\$ 3.404 milhões devam ser capitalizadas, não havendo assim alteração em relação ao tratamento tributário adotado.

Notas Explicativas

Seguros

Desde o rompimento da barragem de Fundão, a Vale negociou o pagamento de indenizações com as seguradoras, com base nas suas apólices de responsabilidade civil. Em 2021, a Vale recebeu pagamentos no montante de R\$ 181 milhões. A Vale reconheceu esses ganhos no resultado como “Resultado de participações e outros resultados em coligadas e joint ventures”. A Vale não recebeu seguro adicional nos exercícios de 2023 e 2022 e não espera o recebimento adicional de valores materiais no futuro.

A Vale é uma sociedade por ações de capital aberto e, por consequência, arquiva suas informações na CVM. Desta forma, é possível consultar maiores detalhes de suas informações, em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, no site www.cvm.gov.br.

Notas Explicativas

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração**Presidente**

Luiz Carlos Trabuco Cappi

Vice-Presidente

Alexandre da Silva Glüher

Membros

Denise Aguiar Alvarez

Milton Matsumoto

Maurício Machado de Minas

José Luiz Osório de Almeida Filho

Rubens Aguiar Alvarez

Wilfredo João Vicente Gomes

Conselho Fiscal**Efetivos**

João Carlos de Oliveira

Joaquim Caxias Romão

Ariovaldo Pereira

Marcos Aurélio Pamplona da Silva

Ricardo Reisen de Pinho

Suplentes

Artur Padula Omuro

João Batista de Moraes

Frederico William Wolf

Manoel José da Cunha Júnior

Raphael Manhães Martins

Diretoria**Diretor-Presidente**

Fernando Jorge Buso Gomes

Diretor

Marcelo Santos Dall'Occo

Cid de Oliveira Guimarães

Contador - CRC 1SP218369/O-0

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE - ITR

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Companhia: BRADESPAR S.A.					Posição em 28/12/2023 (Em [Unidades] Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Cidade de Deus - Cia. Cial de Participações	50.694.589	36,7379	340.435	0,1334	51.035.024	12,9828
NCF Participações S.A.	34.322.985	24,8735	2.525.090	0,9898	36.848.075	9,3738
Fundação Bradesco	20.533.117	14,8802	3	0,0000012	20.533.120	5,2234
BlackRock, Inc. (Fundos)	-	-	24.820.528	9,7295	24.820.528	6,3141
Fundo de Investimento Geração Futuro LPAR	-	-	13.069.600	5,1232	13.069.600	3,3248
BTG Pactual	77.000	0,0558	15.910.250	6,2367	15.987.250	4,0670
Grantham, Mayo, Van Otterloo & Co. LLC	-	-	25.772.618	10,1027	25.772.618	6,5563
Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	-
Demais Acionistas	32.362.207	23,4526	172.668.188	67,6847	205.030.395	52,1578
Total	137.989.898	100,00	255.106.712	100,00	393.096.610	100,00

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Denominação: CIDADE DE DEUS CIA. COMERCIAL DE PARTICIPAÇÕES					Posição em 28/12/2023 (Em [Unidades] Ações)	
Acionista / Cotista	Ações Ords. / Cotas		Ações Prefs. / Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Nova Cidade de Deus Particip. S.A	3.758.724.093	47,9309	-	-	3.758.724.093	47,9309
Fundação Bradesco	2.779.096.924	35,4388	-	-	2.779.096.924	35,4388
Maria Ângela Aguiar	411.197.692	5,2436	-	-	411.197.692	5,2436
Outros	892.940.815	11,3867	-	-	892.940.815	11,3867
Total	7.841.959.524	100,00	-	-	7.841.959.524	100,00

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Denominação: NOVA CIDADE DE DEUS PARTICIPAÇÕES S.A.					Posição em 28/12/2023 (Em [Unidades] Ações)	
Acionista / Cotista	Ações Ords. / Cotas		Ações Prefs. / Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Fundação Bradesco	163.332.621	46,3016	373.794.914	100,00	537.127.535	73,9282
BBD Participações S.A.	189.425.112	53,6984	-	-	189.425.112	26,0718
Total	352.757.733	100,00	373.794.914	100,00	726.552.647	100,00

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Denominação: NCF PARTICIPAÇÕES S.A.					Posição em 28/12/2023 (Em [Unidades] Ações)	
Acionista / Cotista	Ações Ords. / Cotas		Ações Prefs. / Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Fundação Bradesco	460.004.645	25,1288	1.631.492.454	100,00	2.091.497.099	60,4116
Cidade de Deus - Cia. Cial de Participações	1.367.843.225	74,7216	-	-	1.367.843.225	39,5093
Nova Cidade de Deus Particip. S.A.	2.738.642	0,1496	-	-	2.738.642	0,0791
Total	1.830.586.512	100,00	1.631.492.454	100,00	3.462.078.966	100,00

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Denominação: BBD PARTICIPAÇÕES S.A.					Posição em 28/12/2023 (Em [Unidades] Ações)	
Acionista / Cotista	Ações Ords. / Cotas		Ações Prefs. / Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
NCD Participações Ltda	67.114.094	30,2664	141.898.399	64,0451	209.012.493	47,1487
Tesouraria	56.670.399	25,5566	30.689.781	13,8517	87.360.180	19,7066
Luiz Carlos Trabuço Cappi	12.373.067	5,5799	446.272	0,2014	12.819.339	2,8918
Outros	85.587.311	38,5972	48.525.774	21,9018	134.113.085	30,2530
Total	221.744.871	100,00	221.560.226	100,00	443.305.097	100,00

POSIÇÃO DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO Posição em 28/12/2023						
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controlador	107.442.574	77,8626	2.865.528	1,1233	110.308.102	28,0613
Administradores						
Conselho de Administração	228.333	0,1655	978.665	0,3836	1.206.998	0,3070
Diretoria	-	-	262.986	0,1031	262.986	0,0669
Conselho Fiscal	-	-	9	0,000004	9	0,000002
Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	-
Outros Acionistas	30.318.991	21,9719	250.999.524	98,3900	281.318.515	71,5647
Total	137.989.898	100,00	255.106.712	100,00	393.096.610	100,00
Ações em Circulação	30.318.991	21,9719	250.999.533	98,3900	281.318.524	71,5647

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO Posição em 29/12/2022 (12 meses atrás)						
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controlador	107.442.571	77,8626	2.865.525	1,1233	110.308.096	28,0613
Administradores						
Conselho de Administração	228.423	0,1655	1.232.853	0,4833	1.461.276	0,3717
Diretoria	-	-	-	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	9	0,000004	9	0,000002
Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	-
Outros Acionistas	30.318.904	21,9718	251.008.325	98,3935	281.327.229	71,5669
Total	137.989.898	100,00	255.106.712	100,00	393.096.610	100,00
Ações em Circulação	30.318.904	21,9718	251.008.334	98,3935	281.327.238	71,5669

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Aos Administradores e Acionistas
Bradespar S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Bradespar S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e sua controlada em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Investimento direto na Vale S.A. ("Vale")

Conforme divulgado nas notas 1(b), 3(h), 8 e 18, a Companhia detém participação societária na Vale, avaliada pelo método de equivalência patrimonial, considerando sua influência significativa.

As demonstrações financeiras da Vale apresentam estimativas contábeis críticas relacionadas às operações que requerem elevado nível de julgamento para mensuração e registro dos eventos e apuração dos saldos contábeis. Essas estimativas contábeis, que podem afetar o resultado da Vale e consequentemente o resultado da Companhia de forma relevante, envolvem as seguintes principais áreas:

- Provisão para descaracterização de barragens:

A provisão para descaracterização de barragens envolve um alto nível de julgamento crítico por parte da administração da Vale, bem como alto grau de complexidade na determinação das soluções e premissas de engenharia, uma vez que as referidas barragens e estruturas possuem características diferentes e encontram-se em diferentes estágios de maturidade dos projetos de engenharia, alguns deles ainda em fase de engenharia conceitual.

- Passivos relacionados à participação em joint venture:

A Vale possui provisão relacionada ao rompimento da barragem da Samarco, uma joint venture da Vale, ocorrido em novembro de 2015. Tal provisão requer o uso de estimativas que podem alterar significativamente o seu valor.

- Provisão para contingências tributárias:

A determinação do valor da provisão para contingências tributárias, bem como dos passivos contingentes e posições fiscais incertas depende de julgamentos críticos da administração da Vale quanto ao prazo, prognóstico de perda e valor de liquidação.

Devido às incertezas inerentes a essas estimativas e a relevância que as mesmas têm na apuração dos resultados da Vale e na consequente apuração do resultado de equivalência patrimonial e determinação do saldo de investimento nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, os assuntos acima foram consideradas áreas de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, testes sobre a apuração da equivalência patrimonial sobre o investimento na Vale.

Adicionalmente, os procedimentos de auditoria em relação às estimativas contábeis críticas incluíram comunicação e o envio de

instruções aos auditores da Vale com o objetivo de discutir os riscos de auditoria identificados, o enfoque, alcance e época dos trabalhos. Assim, analisamos as comunicações e relatórios recebidos dos auditores da Vale e discutimos os procedimentos realizados e os resultados alcançados.

Especificamente em relação às estimativas contábeis críticas, consideramos:

- Os trabalhos executados e as conclusões dos auditores, incluindo seus especialistas quando aplicável, quanto à avaliação das premissas e metodologia usadas pela administração da Vale; e
- As divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Vale e as correspondentes divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras da Companhia são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Porque é um PAA

Contingências fiscais e cíveis

Conforme divulgado nas notas 3(i) e 9, a Companhia é parte em processos judiciais de natureza fiscal e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades, com os impactos contábeis reconhecidos de acordo com a probabilidade de perda.

A determinação da probabilidade de perda, a mensuração e divulgação das contingências envolve julgamento por parte da Administração que conta com o apoio de seus assessores jurídicos internos e externos.

Consideramos essa uma área de foco de auditoria, devido à relevância e o nível de julgamento envolvido na determinação da probabilidade de perda e a mensuração de cada processo.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o apoio de nossos especialistas na leitura e o entendimento dos processos judiciais relevantes. Adicionalmente, realizamos a inspeção documental das principais movimentações dos processos.

Realizamos o confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos suporte, bem como confirmamos com os assessores jurídicos externos os dados dos correspondentes processos, incluindo sua avaliação da probabilidade de perda.

Consideramos que os critérios adotados pela Administração para a determinação da provisão para contingências fiscais e cíveis, bem como as informações divulgadas nas demonstrações financeiras são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha

nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Luís Carlos Matias Ramos
Contador CRC 1SP171564/O-1

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Os membros do Conselho Fiscal da Bradespar S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração sobre o desempenho da Sociedade e das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023, incluindo as propostas para pagamento de dividendos no montante de R\$450.000.000,00, sendo:

- R\$ 310.000.000,00, propostos pelo Conselho de Administração, nesta data, a serem submetidos para apreciação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária (AGO) a ser realizada em 29.4.2024, em complemento àqueles já declarados no decorrer do exercício de 2023;

- R\$ 140.000.000,00, propostos pela Diretoria, nesta data, que serão computados no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício de 2024, a serem deliberados na 1ª reunião do Conselho de Administração que se realizar após a AGO.

À vista do Relatório de Revisão elaborado e apresentado sem ressalvas pela PwC sobre as mencionadas Demonstrações Financeiras, bem como sobre os mencionados dividendos a serem pagos, são da opinião de que: 1) as citadas peças, examinadas à luz das práticas contábeis adotadas no Brasil e da legislação societária vigente, foram elaboradas e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, refletindo adequadamente a situação patrimonial e financeira da Sociedade; e 2) os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação dos acionistas da Companhia na mencionada AGO.

São Paulo, SP, 26 de março de 2024

- Ariovaldo Pereira
- João Carlos de Oliveira
- Joaquim Caxias Romão
- Marcos Aurélio Pamplona da Silva
- Ricardo Reisen de Pinho

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração do Diretor-Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Eu, Fernando Jorge Buso Gomes, declaro que:

1. com base em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordo com as conclusões expressas no Relatório elaborado pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, não havendo qualquer discordância; e
2. revisei o relatório das Demonstrações Financeiras da BRADESPAR relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2023, e, com base nas discussões subsequentes, concordo que tais Demonstrações refletem adequadamente todos os aspectos relevantes e a posição patrimonial e financeira correspondentes ao período apresentado.

São Paulo, SP, 26 de março de 2024.

Fernando Jorge Buso Gomes
Diretor-Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração do Diretor

Eu, Marcelo Santos Dall'Occo, declaro que:

1. com base em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordo com as conclusões expressas no Relatório elaborado pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, não havendo qualquer discordância; e
2. revisei o relatório das Demonstrações Financeiras da BRADESPAR relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2023, e, com base nas discussões subsequentes, concordo que tais Demonstrações refletem adequadamente todos os aspectos relevantes e a posição patrimonial e financeira correspondentes ao período apresentado.

São Paulo, SP, 26 de março de 2024.

Marcelo Santos Dall'Occo
Diretor